



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

**PRESIDENTE: ANDRÉ SANTOS**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21-09-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão
- Documento lido não transcrito

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Pessoal, nós vamos começar em alguns minutos, vou fazer uma abertura formal da nossa audiência, porque tem o prazo regimental de 15 minutos, vamos esperar mais cinco para que cheguem mais pessoas.

Presentes os Vereadores André Santos, Aurélio Nomura, Bombeiro Major Palumbo, George Hato, Hélio Rodrigues, Luana Alves, na presidência, e Manuel Del Rio.

Há número legal. Na qualidade de membro da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 12ª audiência pública semipresencial, do ano de 2023, convocada para hoje, 21/09/2023, tendo como pauta a situação dos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes do Brás e adjacentes, nos termos do requerimento da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, de nº 21/2023, de autoria da Vereadora Luana Alves.

Está aberta a audiência agora. Peço a suspensão dos trabalhos, por cinco minutos.

Agradeço a presença de todos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência da Sra. Luana Alves.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Pessoal, boa noite.

Vamos retomar os trabalhos da nossa audiência. Passarei a dar alguns informes oficiais.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/auditorios-online-auditoriovirtual/](http://www.saopaulo.sp.leg.br/auditorios-online-auditoriovirtual/), também no canal do YouTube, da Câmara Municipal de São Paulo.

As inscrições para participação na audiência pública poderão ser efetuadas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Peço a todos os membros e participantes que desliguem o microfone quando não estiverem fazendo uso da palavra.

Vou iniciar, chamando algumas pessoas que vieram representando movimentos e

coletivos para compor a mesa, de forma mais informal. Antes de começar minha fala, vou chamar algumas dessas pessoas.

Começo pela Taissa Nunes Vieira Pinheiro, representando a Defensoria Pública Geral do Estado de São Paulo; Luciano Fernandes, representando o pessoal da luta da Feira da Madrugada; Meg Margarida Ramos, representando o Movimento Trabalhadores Sem Direitos; Mani, representando os Artesãos da Paulista; Pedrinho de Ogum, representando o pessoal do Largo da Concórdia; Christian Josue Urbay Diaz, representante dos trabalhadores peruanos; a Jô de Taipas está a caminho; vou chamar a Professora Luciana Fukimoto Itikawa, pesquisadora.  
(Palmas)

Agradeço muito a presença de todas as pessoas presentes. Sei que é difícil, num contexto de trabalho informal nas ruas, tirar um pouco do seu tempo para vir na Câmara Municipal.

Vou fazer uma fala de abertura, depois vamos passar um vídeo.

Esta audiência vem de uma demanda que se apresentou ao nosso mandato por vários lados. Pessoas de diversas regiões da cidade, trabalhadores, trabalhadoras, pessoas que tiram o seu sustento a partir da venda de produtos na rua, artesanatos, economia informal, pessoas do Largo da Concórdia, do Brás, da região da Paulista, de Taipas, todas muito diferentes entre si, mas com uma coisa em comum: são pessoas que estão sendo absolutamente desrespeitadas, reprimidas, tanto pela Prefeitura de São Paulo, tanto por parte dos agentes das subprefeituras como da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O objetivo desta audiência é conseguirmos juntar diversos grupos e articula-los para conseguirmos, a partir desta união, tomar força e cobrar do Poder Público.

O meu papel como Vereadora é fazer essa intermediação, é conseguir juntar, fazer a luta, conectar as pessoas de diferentes lugares para conseguirmos denunciar o que está acontecendo.

Eu gostaria muito que todo mundo que quisesse e pudesse falar aqui, há uma mesa de pessoas que vão se manifestar, mas vai ter um tempo para inscrições livres. Quem quiser se

inscrever para vir falar eu peço que não precisa ter timidez, nem ficar com vergonha, pode vir falar e trazer o que está acontecendo no seu trabalho, porque é importante conseguir tirar resultados.

Pesquisando um pouco sobre esse assunto, a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, encontramos alguns problemas que fomos enfrentando. O primeiro, já fizemos o requerimento de informação para as subprefeituras da região central e também para a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho em relação às políticas públicas, que são desenvolvidas e, parece, hoje estão largadas.

A gente não está vendo mais nenhum tipo de política em relação ao TPU, à nova proposta que é do aplicativo Tô Legal, acho que vocês podem contar melhor do que eu que não funciona para grande parte dos trabalhadores. Não consegue suprir as necessidades. Para além de não ter uma política de segurança no trabalho, de regularização e possibilidade de organização, principalmente porque o Tô Legal não é uma ferramenta, mas foi colocada como a grande alternativa, a gente também enfrenta repressão.

É importante que a gente consiga entender o que está acontecendo a partir desta audiência. O Executivo foi chamado para estar presente, chamei a Secretaria das Subprefeituras, Casa Civil. Parece que eles não virão, peço desculpas a vocês por isso, mas tem a ver com as escolhas que a Prefeitura faz, tem a ver com a maneira como não quer debater e se esconde dos trabalhadores.

Mas fiquem tranquilos porque esta audiência pública é oficial da Comissão de Saúde, da Câmara Municipal de São Paulo, que é Poder Legislativo e que tem todo direito e a estatura de conversar de igual para igual com a Prefeitura.

Este é o espaço em que os trabalhadores têm de ser respeitados, serão ouvidos e tudo aqui terá encaminhamento e será levado.

Eu quero contar um pouco dos requerimentos de informação que fizemos para dois órgãos, para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e também para a Subprefeitura da Mooca, especificamente.

Vou começar pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Enviamos à Sra. Aline Cardoso, assunto: requerimento de informações relevantes para entender a situação dos trabalhadores ambulantes da cidade de São Paulo e a eficácia do Programa Tô Legal, em regularizar a sua atividade.

Nós questionamos: o número total estimado de trabalhadores ambulantes atualmente atuando na cidade de São Paulo; questionamos a quantidade de trabalhadores ambulantes que estão cadastrados no Programa Tô Legal na Prefeitura de São Paulo; número de trabalhadores ambulantes que atualmente estão na lista de espera para se cadastrarem no Programa Tô Legal.

A resposta da Secretaria: “Informamos que o ofício...” – ofício requerimento – “...recebido na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho foi remetido à Secretaria Municipal das Subprefeituras, por ser o órgão competente para acompanhar os assuntos relacionados ao Sistema Tô Legal”.

Jogou para a Secretaria das Subprefeituras.

Olhe, gente, para todo mundo, Tô Legal é com a Secretaria das Subprefeituras, Secretário Alexandre Modonezi. Isso está documentado, oficializado, então a gente já sabe, não vão poder mais jogar de um lado para o outro, porque isso aqui já está provando qual é a Secretaria responsável por esse trabalho.

Quero anunciar a todos a presença da nossa, ex-prefeita, a atual Deputada Federal Luiza Erundina. Peço que todos (Palmas) se levantem.

- Manifestação do público.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Pessoal, agora com esta presença de peso, peço que se sentem. Fiz questão de chamar a Luiza Erundina que, para mim, é uma referência absoluta. Agradeço muito a sua presença, muito mesmo. Para nós o que está acontecendo hoje é fruto de uma Prefeitura que não respeita os trabalhadores e trabalhadoras.

É fruto de uma Prefeitura que vê um trabalhador periférico, informal, negro ou negra, uma mãe solo, alguém que deve ser combatido, mas não um trabalhador que deve ser respeitado

e acolhido.

Luiza, em todo lugar que eu vou conversar com trabalhadores ambulantes, com camelôs, econômica informal, você sempre aparece. Seu nome sempre surge como uma referência do que foi uma gestão.

Anuncio a presença da Vereadora Elaine Mineiro. Peço para compor a mesa também. (Palmas)

Você sempre aparece como uma referência do que foi uma gestão que teve política pública séria para o trabalhador informal, em especial para o vendedor de rua.

Tem muito que esta Prefeitura precisa aprender. Primeiro, respeitar os trabalhadores, numa audiência como esta não ter mandado nem um representante, apesar dos reiterados convites. Segundo, adotar uma política de verdade que entenda os trabalhadores informais como aliados, como quem faz parte da economia da cidade, como quem faz parte de quem gera emprego, gera renda, gera turismo, cultura, que é parte de uma vida viva, dinâmica e quente da cidade de São Paulo.

Nós temos um vídeo para passar. Peço para o Gustavo soltar. Depois passo a palavra para a Luiza, para a Vereadora Elaine, em seguida para os outros componentes da mesa.

Peço desculpas pelo que os senhores verão no vídeo agora, mas acho que para abrir a audiência é importante mostrar o que está acontecendo.

- Apresentação de vídeo.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Acho que está suficiente. Pessoal, resolvemos passar esse vídeo no começo, que é uma edição de vários dos vídeos que o nosso mandato recebe, em uma frequência quase diária, de todo tipo de abuso, de todo tipo de desrespeito e de violência com trabalhadores.

Então, só para dar continuidade ao que eu vinha falando com vocês – daqui a pouquinho eu passo a palavra para mais membros da Mesa –, os requerimentos de informação que temos feito, oficialmente, para a Prefeitura não nos dão as respostas. São vagos. São genéricos. Perguntamos uma coisa e o que é dito não tem absolutamente nada a ver com a

realidade. Então, existe uma falta de transparência, uma falta de política pública, e, no fim, o que se quer é reprimir trabalhador. O que estamos vendo neste momento é isso. Eu vou ler para vocês um dos requerimentos de informação que fizemos para a Subprefeitura da Mooca, que pega, ali, a região do Brás:

- É lido o seguinte: (requerimento de informação)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Em relação às equipes de trabalho, quantos, como funciona a operação delegada, como é a forma de apreensão, como é a forma de fiscalização, a resposta enviada pela Subprefeitura da Mooca simplesmente foi:

- É lido o seguinte: (resposta ao requerimento de informação)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Então, está dizendo que a fiscalização é com a PM e que a apreensão é com a Subprefeitura. A Secretaria de Subprefeituras, com o Sr. Alexandre Modonezi, se eu não me engano, tem muito a responder para nós.

Por que é que estou dizendo isso para vocês, gente? Porque é importante nós termos transparência no que está acontecendo e sabermos qual é a resposta do Executivo, qual é a resposta da Prefeitura – que, neste caso, não nos foi dada, nem em relação ao número de ambulantes, a quantos estão no Tô Legal, a quantos estão na fila do Tô Legal, a qual é a eficácia do Tô Legal ou à Operação Delegada.

Eu sei que muitos daqui vão nos dizer qual é o efeito prático da Operação Delegada, mas, para nós, fica evidente que é uma operação que tem de acabar, porque não há mais condição de seguir reprimindo os trabalhadores e de não ter nenhum tipo de transparência em relação ao que se faz.

Não sei se todo mundo sabe, gente, mas a Operação Delegada é dinheiro do município de São Paulo, ou seja, dinheiro daqui, do trabalhador da cidade, que vai para os cofres

da Polícia Militar. A Polícia Militar é estadual. Quem deveria financiar a Polícia Militar é o estado de São Paulo. É passagem de dinheiro do município para a PM.

Inclusive, já existem denúncias. É importante que saibamos que, com uma parte desse valor, existe um ganho especial para os coronéis da PM. Isso é uma coisa que nós queremos entender, mas o que estamos vendo é isto: não só a PM ganha muito, mas os coronéis ganham mais.

Um dos problemas que sofremos, inclusive, é a presença de coronéis da PM em cargos que, na minha opinião, deveriam ser de civis, que são os cargos de Subprefeitos – em especial, da região do Centro. Vocês sabem muito bem do que eu estou falando.

Então, gente, para darmos andamento e continuidade à nossa audiência, para todo mundo poder falar, eu vou passar para a minha colega, a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, e, depois, eu acho que eu já passo para o Sr. Luciano, representando a Feira da Madrugada. Está bom?

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO** – Obrigada, Vereadora Luana Alves.

Boa noite a todas as pessoas que estão à Mesa e a todas as pessoas que vieram à audiência pública. Eu sou a Vereadora Elaine Mineiro, em uma mandata coletiva, que é a do Quilombo Periférico. Eu sou a Líder do PSOL na Câmara Municipal de São Paulo.

Eu vim à audiência, primeiramente, para parabenizar a Vereadora Luana Alves, porque esta é uma audiência pública fundamental neste espaço, abrindo esta Casa. Sempre falamos nesta sala, que é uma sala que tem quadros que são absurdamente assustadores e ruins para nós, mas é sempre importante que consigamos colocar neste espaço pessoas que são, de fato, as trabalhadoras desta cidade. Então, é muito importante estarmos neste espaço e ouvirmos as demandas que vêm dos trabalhadores, porque a nossa função, como Parlamentar, é conseguir trabalhar na defesa da população, e não contra, como vemos muitas vezes.

A Vereadora Luana Alves falou da Operação Delegada. Neste mês, tivemos uma votação em primeira e vamos ter uma segunda votação nos próximos dias, na Câmara, para aumentar o recurso para a Operação Delegada. Temos feito essa discussão na Câmara, do



quanto é importante impedirmos que isso aconteça, principalmente, por isso, porque é um aparato que vai promover mais violência e é uma violência direcionada aos trabalhadores que temos nas regiões centrais da cidade e à população preta da cidade. Em contrapartida, não vemos, também, políticas públicas eficientes para fazer com que esses trabalhadores tenham condições dignas de estar na rua, desempenhando o seu trabalho.

Então, esta é uma audiência pública muito importante. É muito bom que todas as pessoas estejam aqui, para que consigamos, também, viabilizar o trabalho na Câmara Municipal em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Obrigada, gente. Boa noite.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, Líder do PSOL na Casa. Vou passar, agora, para o Sr. Luciano, representando a Feira da Madrugada.

**O SR. LUCIANO FERNANDES** – Boa noite a todos. Boa noite à Mesa. Gostaria de agradecer à nossa mãe, Erundina, que nos deu nosso primeiro TPU. Na época, éramos muito perseguidos, na gestão Jânio Quadros. Logo que a Luiza assumiu, ela nos deu a oportunidade de termos o nosso primeiro TPU. Minha família e meus irmãos, graças a Deus, conseguiram um local de trabalho digno e eu agradeço muito até hoje à nossa mãe, Erundina. Nós a chamamos de mãe porque foi a primeira a nos dar a oportunidade do trabalho digno, de ficar ali, sem correr.

Um tempo depois que passou a Erundina e outros Prefeitos passaram, só se foi cassando TPU. Nós perdemos o direito de trabalho e foi aí que surgiu nós trabalharmos na madrugada, porque muitos TPUs do tempo da Erundina e até da Marta foram cassados. Estão trabalhando com liminares. Está aí, inclusive, o pessoal que os defende. Estão até hoje trabalhando com liminares. Isso é um absurdo.

Então, o que estamos pedindo? Já que já existe esse Tô Legal, por que não há extensão do Tô Legal, como houve outras vezes? Houve a extensão do TPU. Foi para São Mateus, para todos os bairros. Estendeu-se. Por que não o Tô Legal? Há ruas em que não conseguimos tirar o Tô Legal. Por quê? Isso eu gostaria de saber. Agora, vai se jogar o pessoal,

como os TPUs, Erundina, do nosso tempo. Jogaram-nos para o Largo da Concórdia, naquelas barracas. Distribuíram-nos para pontos em que não havia venda, lá para o fundão da Liberdade, lá para o fundão do Bom Retiro, todos afastados, e não no seu ponto de origem, como tínhamos, na época. Então, o que estamos pedindo? Políticas públicas voltadas para o vendedor ambulante. Nós não tivemos mais.

Na madrugada, quando começamos a trabalhar, não havia perseguição. Trabalhávamos tranquilos. De manhã, davam umas 6h ou 6h30 e já desarmávamos nossas barracas. A rua já estava limpa, toda varrida, tudo limpinho. Nem lojas abertas havia. Não havia loja aberta de madrugada. Hoje, existem várias.

Empregamos em São Paulo inteiro. Temos costureira, cortador, tudo o que se imaginar. Empregamos milhares de pessoas. Só estamos gerando emprego e estamos sendo perseguidos. Eu não entendo o porquê de não se abrir política pública voltada para o camelô, para o vendedor ambulante.

Gostaríamos, Vereadora Luana Alves, que houvesse a legalização. Há a luta do Rogério, da menina, ali, do Joe. Legalize-se esse pessoal da meia-noite às 6h, porque não éramos perseguidos. Eu não sei o que está acontecendo. De uns tempos para cá, há essa perseguição. O que atrapalhamos, da meia-noite às 6h da manhã? Não se atrapalha ninguém. Pelo contrário, geramos emprego. Saindo dali, vamos comprar tecido. Vamos cortar o tecido.

Quantas vezes a minha mulher ficou até meia-noite costurando? Costurava com a unha. A máquina costurou a mão dela, mas tinha de continuar trabalhando, porque às 2h da manhã nós tínhamos de estar lá, na banca. É o horário em que chegam os clientes. Quando davam 6h da manhã, desmontava-se. Nós ficávamos dormindo, dentro do carro, esperando abrirem as lojas de tecido, para comprar o tecido e ir para casa. Eu cortava, ela costurava e mandava serviço para as costureiras do bairro. A gente gera emprego. É preciso política pública voltada para o vendedor ambulante. Isso é para ontem, não é para hoje, não. É um absurdo não estar ninguém aqui da Secretaria aqui. Ou seja, da Mooca ou da coordenação. Eles nunca deram voz para a gente. A partir de hoje vamos começar uma luta, porque passamos a ter voz para

ajudar o pessoal que precisa levar o seu pão do dia a dia para sua casa.

Quero agradecer a vereadora por nos dar essa oportunidade. Vamos ajudar com documentos que temos do nosso trabalho, e vamos daqui para frente, ver o que podemos estar ajudando, cada um na sua área. O Rogério tem um trabalho, o Alex tem um trabalho, o Barriga que está lá todos os dias, também, correndo. Então juntar todo esse pessoal e participar da gestão pública para ver o que podemos estar ajudando. Montar uma gestão, como por exemplo, participar junto ao governo, para ver o que podemos estar ajudando. Ah, o pessoal ali, o que podemos estar fazendo. O que eles fizeram? Jogaram a gente para os bolsões lá, não passava ninguém. Como fizeram com a gente, jogaram a gente no bolsão do Brás, na época. E era muita borrachada, borrachada, foi quando conhecemos Dr. Ailton, que correu, foi lá na rede, conversou. Conseguimos um espaço e aí surgiu a feira da madrugada. Mas independente disso, minha mulher ficava dentro da feira da madrugada e eu ia para rua trabalhar, porque naquela época não tinha venda, estava tudo começando. A mulher ficava lá dentro vendendo as coisinhas dela eu na rua. Eu falava para o cliente: olha minha mulher está lá dentro também, você pode ajudar ela. Eu nunca, jamais deixei de trabalhar. Eu trabalho na rua. Aos domingos, às vezes eu pego mercadoria, vou nas feiras. Vou para Pedreira, Joaniza. Vou vender minhas coisinhas todos os finais de semana. Porque sei da minha responsabilidade. Se eu não tiver um espaço para vender minha mercadoria, e minha costureira, o meu cortador e o pessoal que eu compro tecido? Inclusive os artesãos consomem aqui no Brás. O Brás vende produtos para artesãos, vende calçados. Tem área de calçados, tecidos. Não é só a gente ali vendendo. É geral. Tem gente que vem de outros países comprar matéria prima no Brás para produzir os produtos deles. Paraguai, Chile, Bolívia, tem gente que vem comprar aqui no Brás. Somos geradores de empregos. O Brás antes de nós, não era nada. Entrava na Monsenhor de Andrade não tinha ninguém, dava medo de entrar na rua e ser assaltado. Andava na Rodrigues dos Santos, a mesma coisa. Hoje aquilo está o que é, graças aos trabalhadores da madrugada.

Queria agradecer a todos. Boa noite. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Luciano. É muito importante

esse resgate que você fez. Passo a palavra ao Sr. Alexandre, que irá fazer a leitura de um poema.

**O SR. ALEXANDRE** – Boa noite.

Vou recitar o poema de Eduardo Galeano, *O Caçador de Histórias*. É sobre a xenofobia que a gente sofrendo, principalmente, os estrangeiros que sofrem todos os dias. Quando a polícia chega para nos abordar é sempre: volte para o seu país. Se a gente está aqui gerando renda, o país também é nosso. “Teu Deus é judeu, tua música é negra, teu carro é japonês, tua pizza é italiana, teu gás argelino, teu café é brasileiro, tua democracia é grega, teus números são árabes, tuas letras são latinas e eu sou seu vizinho e você ainda me chama de estrangeiro”. (Palmas)

Acredito que todos os estrangeiros que estão aqui vieram em busca de uma vida melhor. No Brasil já é difícil para uma senhora de idade conseguir emprego. Tem um exemplo daquela senhora ali, Haitiana. Sábado ela perdeu toda a mercadoria. A senhora pode se levantar? (Palmas)

Ela, sendo estrangeira já é uma situação difícil. Vocês sabem que no Brasil, até uma certa idade, você consegue ser contratado, passando de uma certa idade, você não consegue mais ser contratado. Ela já tem idade avançada, não tem condições de arrumar emprego, é sozinha, e ela não é de uma vendedora aluna, é uma ambulante. Está, simplesmente, andando. E o que fizeram com ela foi uma falta de humanidade. Uma senhora na idade dela, vai fazer o quê? Temos que começar a olhar mais para o próximo e começar a olhar para os estrangeiros, principalmente. Se eles vieram aqui foi para ajudar no desenvolvimento do País. Muito obrigado!

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito bom. Obrigada Alexandre. Excelente poema. Passo a palavra a Sra. Meg Margarida Ramos, do Movimento Trabalhadores sem Direitos.

**A SRA. MEG MARGARIDA RAMOS** – Boa noite a todos e todas.

Quero saudar a Mesa, parabenizar a vereadora Luana Alves por essa iniciativa. É muito importante para nós trabalhadores da economia informal, trabalhadores de rua, estarmos aqui. Foi um prazer imenso receber esse convite da Luana em poder estar compartilhando junto

aos meus companheiros de rua. A gente trabalha na rua, e o que ela colocou aqui para gente assistir, da polícia, a gente assisti isso várias vezes no nosso dia a dia. Sabemos que depois da pandemia o trabalho da economia informal aumentou muito. Não adianta dizer que vai legalizar todas essas pessoas, mas se o poder público quisesse, ele conseguia organizar, não digo legalizar, mas ele conseguiria, sim, organizar para que nós não passássemos por tanta humilhação. Nós somos trabalhadores, nós temos direito ao trabalho.

Sabemos, que com a tecnologia que está avançando, não vai ter mais tanto emprego formal. Não vamos nos enganar. Então tudo que a gente pede é que tenhamos direito solo, que nós tenhamos o direito de levar o nosso pão para casa. Quantos pais de famílias vão para as ruas em busca de levar o seu pão para casa. E o trabalhador de rua, hoje, eu acho que ele está bem precarizado de todas as formas. Nós vamos para a rua com chuva, com sol, com vento, com agressão da polícia na maioria das vezes, porque em uma abordagem, em uma apreensão, só quem está errado, aos olhos das pessoas que nos enxergam como pequenos, somos nós. E nós só queremos o nosso direito de trabalhar e sustentar nossas famílias. O nosso trabalho é o que nós temos, hoje, é ir para as ruas com a lona, com o carrinho. Veja a feira do Brás, digo pela feira do Brás, antes da pandemia o tamanho que ela era, e hoje veja dá para comparar a noite e durante o dia. Quando a gente fala do trabalhador é importante lembrar que são os trabalhadores da madrugada, os trabalhadores durante o dia, são esses trabalhadores que merecem respeito. Merecem respeito do poder público, porque não tem emprego. Não adianta. Olhem só a nossa idade. Quem vai dar emprego para nós, com 50 anos? Então a nossa única solução qual é? Ir para as ruas e aí a maioria - não sei se isso vai ser tranquilo eu falar - mas a maioria de nós trabalhadores da informalidade, hoje, estamos muito endividados. Vai trabalhar para pagar dívida. Muitas vezes a gente vende o almoço, para comer a janta. Então é muito importante esse apoio que nós estamos tendo aqui e outras pessoas que estão nos ouvindo, seria muito importante, que desse um olhar especial para nós trabalhadores da economia informal. Não somos invisíveis, merecemos respeito como trabalhador, donos de casa, como geradores de empregos e renda.

Agradeço a todos vocês. Acredito que a maioria são meus companheiros da região central do Brás. O Rogério, o Kleber, o Manuel de São Miguel. Quero agradecer mesmo.

Muito obrigada a todos vocês que estão aqui. Obrigado pela oportunidade de estar aqui. (Palmas)

**A SRA PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Meg. Agradeço muito.

Passo a palavra a Sra. Taissa Nunes Vieira Pinheiro, da Defensoria Pública.

**A SRA. TAISSA NUNES VIEIRA PINHEIRO** – Boa noite. Boa noite a todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui, certamente depois de um longo dia de trabalho.

Então quero dar os parabéns para vocês que ainda conseguem vir aqui, com certeza cansados, com todas as dificuldades. Quero agradecer o convite da Vereadora Luana Alves. Dar os parabéns por essa iniciativa tão importante de pautar esse debate sobre a situação dos ambulantes.

A Defensoria Pública para quem ainda não conhece, tem como objetivo viabilizar o acesso à justiça. Ou seja, a gente lida com os processos judiciais, defende as pessoas que não tem advogado, as pessoas que não têm ninguém para falar por elas no processo, mas também a gente trabalha fora do processo. Isso tem a ver com trabalhar em rede, tem a ver com o conhecer bem as políticas públicas. Hoje estou na condição de Coordenadora do Núcleo de Habitação e Urbanismo. A questão dos ambulantes já tivemos alguns processos, já cuidamos em alguns momentos. Estamos retomando esse contato. Até quero dar um abraço especial aos ambulantes do gradio do Pão de Açúcar, que nos procuraram, recentemente, para retomar esse trabalho com os ambulantes. O trabalho dos ambulantes tem tudo a ver com a nossa pauta. Tem tudo a ver com acesso a cidade, com direito ao trabalho, com violência policial. E tem um evidente que é a questão racial envolvida, que não podemos perder de vista.

Hoje estou aqui para ouvir. Para ouvir de vocês, ouvir da boca de vocês que é muito importante a gente conhecer, através das pessoas que são atingidas pelos problemas, mas também no movimento de aproximação com o Poder Legislativo, com o trabalho em rede.

É isso gente! Queria dar boa noite para conhecer um pouco melhor essa política na

perspectiva dos ambulantes e vir aqui hoje para ouvir e me aproximar. Quero deixar a Defensoria à disposição de vocês, para o caso de vocês terem alguma dificuldade no que diz respeito à questão judicial, ao acesso à justiça e outras pautas que possamos contribuir nessa luta, é um orgulho, é uma honra poder me somar na luta dos ambulantes. Boa noite.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Taíssa, é fundamental a Defensoria estar se colocando como uma ferramenta de acesso à direitos, maravilhoso mesmo, muitas vezes, é difícil acessar a justiça, acessar advogado e é importante as pessoas saberem que a Defensoria sempre é uma opção para a garantia do direito do acesso à Justiça.

Vou passar para o Mani, nós nos conhecemos na luta dos artesãos da região da Paulista, sabemos que é uma questão bastante específica, mas, se você puder compartilhar conosco seria excelente.

**O SR. MANI** – Obrigado, Luana. Boa noite a todos os presentes.

Eu gostaria de agradecer a presença ilustre da Deputada Federal, Luiza Erundina, é importante participar de uma Mesa como essa em que vemos o tamanho dessa diversidade. A Luana é a Vereadora mais jovem dessa Casa e a Luiza Erundina é uma das políticas mais antigas do nosso país. É uma grande honra poder estar presente nessa Mesa e poder ter a minha voz nesse microfone.

Meu nome é Felipe, eu sou biólogo, biofísico, formado pela UFRJ. Eu trabalho na rua desde 2015, não por falta de opção, mas porque na rua eu encontrei um trabalho mais digno, apesar de todas as dificuldades. Eu sou artesão e eu trabalho nas ruas de São Paulo. É das ruas que eu sustento a minha família, tenho dois filhos e uma mulher em casa. Minha esposa está em casa nesse momento, deve estar me assistindo. Esse trabalho que fazemos na rua é para sustentar as nossas famílias. Essa cartilha que a Luana lança orientações, para casos de violências contra trabalhadores e trabalhadoras ambulantes.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Mani, desculpe-me lhe interromper, mas é para dizer que é o Centro Gaspar Garcia, que eu admiro muito.

**O SR. MANI** – É do centro Gaspar Garcia, desculpe-me, eu dei uma lida nele, mas

aqui ele fala que o trabalho no comércio de rua é fundamentado no Direito Constitucional, ao livre-comércio e na lei Federal 13.874 de 2019, que institui a declaração de direitos e liberdade econômica. Como artesão da cidade de São Paulo, no ano que vem, celebraremos os 10 anos do decreto municipal 55.140 nesse decreto são estabelecidas regras para os artesãos trabalharem na cidade de São Paulo. É do Haddad, de 23 de maio de 2014. Esse é um instrumento muito importante para um artesão em São Paulo, porque é ele que garante a gratuidade do artesão poder expor, seja na Avenida Paulista, ou em qualquer outro ponto da cidade. A Av. Paulista é fechada por um programa da Prefeitura que é chamado Ruas Abertas. Eu gostaria de saber em qual momento a Prefeitura chamou os artesãos para participar na elaboração desse programa Ruas abertas, que eu saiba em nenhum momento a Prefeitura dialogou conosco. Também nesse decreto é estabelecido que é necessário que a Prefeitura tenha um diálogo aberto a todo momento com os artesãos. Esse diálogo não existe, ele foi aberto a partir do momento que a operação delegada, em agosto, começou a caçar todos os trabalhadores de rua ambulantes, sejam artesãos, sejam ambulantes legalizados ou ilegais.

Isso é um assunto para nossa ilustre Taíssa, que é da Defensoria Pública. O assunto aqui hoje é questionar o poder público, saber onde está na Constituição Federal que um administrador público pode atropelar a Constituição e as leis, os decretos municipais, as leis municipais e estaduais, porque existem leis estaduais, municipais e federais.

Luiza Erundina está aqui e pode me auxiliar em relação ao apoio, tanto do artesanato quanto ao trabalho. Os nossos direitos estão sendo atropelados por essa administração pública. Eu gostaria que o administrador público pudesse dar uma resposta mais satisfatória ao questionamento da Luana, quando ela questiona, e temos esse tipo de resposta: encaminhando, passando para uma outra pasta, sem uma resposta objetiva. Temos de buscar com o poder público e também com os nossos políticos uma ampliação e um reconhecimento desses direitos que estão sendo feridos, não só os direitos, como as pessoas, como vimos nesses vídeos, que estão sendo feridas por uma administração pública. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Está ótimo, obrigada, é muito importante o



que você diz em relação a luta dos artesãos, pessoal, eu sei que tem bastante gente querendo se inscrever. Vou pedir para a Carol levantar-se, se alguém quiser falar, pode ir até ela para se inscrever, aí ao final das falas da Mesa e conseguimos passar. Agora vou passar para o capitão Roberto, gostaria de ouvir a sua fala, e após o capitão Roberto, e vou dar a palavra para as inscrições. Vou passar para você, Pedrinho, se você quiser fazer uso da palavra representando os trabalhadores do Brás, por favor, obrigada.

**O SR. PEDRINHO DE OGUM** – Boa noite a todos e a todas, saudação fraterna.

Parabenizo a Luana e agradeço por esse momento, através de Luana, saúdo a todos que estão na Mesa e, através da mestra Erundina, que já tive a honra no meu passado de estar com ela, é uma referência, e saúdo através da Erundina todos os trabalhadores e trabalhadoras, como um exemplo que temos que carregar na vida a história dessa mulher. Gostaria que o pessoal do Brás se levantasse até para sentirmos o nosso termômetro. Esses são os trabalhadores do Brás que atenderam o pedido e a mobilização.

O que nós precisamos, e é de imediato, tem que tomar as providências, é esse contrato da Polícia Militar que estão dando o nome de convênio. Isso é algo que distorce o papel da Polícia Militar do Estado de São Paulo, do maior estado da América Latina. É uma vergonha. A Polícia Militar se transformou em catatais, o tratamento que passou hoje no vídeo é nada do que acontece no Brás, é humilhante. O papel está invertido, os fiscais não tomam a mercadoria quem toma é a polícia. Nós temos vídeo, eles colocam os materiais dentro das viaturas. Temos que nos aprofundar nisso. A Polícia Militar, no sábado, os fiscais nem estão lá, eles vão para lá e pintam e bordam para justificar o pagamento. Eu concordo que o salário da Polícia Militar é uma miséria, mas não é a classe trabalhadora de ambulantes de São Paulo que tem que pagar o preço. Eles estão ganhando a mais, temos que colocar o dedo na ferida, isso é uma vergonha para o Governo do Estado e é uma vergonha para o Prefeito de São Paulo, submeter uma instituição que era para ter outro papel, de cuidar dos cidadãos e estão fazendo o papel inverso de opressores e nós não podemos nos enganar. A grande questão não é ninguém que está incomodando, o que está incomodando é o lucro que a polícia militar está tendo, ganhando a

mais do que o seu salário.

Dando encaminhamento: os trabalhadores não podem desanimar, isso não foi fácil, mas quando vieram seis trabalhadores do Brás procurar a Vereadora, vejam o que é o tamanho e a representatividade dessa Mesa. Olhem o que foi que aconteceu, nós não estamos mais sozinhos, nós temos companheiros trabalhadores de outras regiões, a Defensoria, acho que a partir daqui temos que buscar o Ministério Público para questionar esse salário que os policiais estão ganhando, que não deve sair do município de São Paulo, poderia até sair se fosse para dar segurança, mas não para reprimir a classe trabalhadora. Tem que chamar a ouvidoria da Polícia Militar, porque o tratamento esses vídeos não mostram nada, são todos os dias. E tem que ver como fazer algo que possa ser obrigatório a polícia militar e o Ministério Público atenderem chamado. E para isso, como ela é estadual, tem que fazer um *link* com a Assembleia Legislativa para ser obrigada a polícia militar vim dar explicação sobre o tratamento que está dando na rua para os trabalhadores.

Mais do que isso, eles estão colocando batalhões novos, sem experiência, e eles agem de acordo com a mentalidade que está lá, ora deixa trabalhar, ora não deixa, no sábado quando dá meio-dia, duas horas, eles vão embora. Por que depois a gente pode trabalhar? Qual é a regra? Não tem regra.

Por último é dizer que a gente não pode desanimar. A partir dos encaminhamentos temos de continuar lutando e temos de ter algo emergencial porque está chegando o final do ano e o final do ano nós que trabalhamos na rua sabemos que o que a gente ganha é o que ajuda no restante do ano, porque as vendas caem e ganhamos mais um pouco e estamos no mês de setembro. É hora de ter uma pressão, de sair algum encaminhamento, de irmos para cima.

Quando tivermos de ocupar as ruas e fechar alguma rua não pode ser mais o Brás, vamos fechar a Av. Paulista, é lá onde a burguesia dessa cidade vai temer os trabalhadores que trabalham na rua, é lá que temos que fechar, com toda a nossa força, com toda a nossa energia, não tem trabalhadores estrangeiros, tem trabalhador vivendo nesse país, é aí que temos de chamar atenção da elite dessa cidade. Abraço fraterno.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Grande, Pedrinho, é isso aí. Estamos encaminhando aqui. Agora vou passar para o companheiro Christian, também vindo do Peru e que nos ensina muito depois para a Luciana Itikawa.

**O SR. CHRISTIAN JOSUE URBAY DIAZ** – Muito obrigado, Vereadora Luana, pela oportunidade. Obrigado aos representantes presentes, à Deputada e aos demais representantes pela iniciativa, que está ajudando os trabalhadores do Brás – não somente os ambulantes peruanos, mas todos os trabalhadores do Brás, principalmente os imigrantes.

Como os companheiros já comentaram, sofremos mais do que os irmãos trabalhadores brasileiros. Sofremos repressão por sermos estrangeiros, e isso não é de agora, mas de anos. Estou há mais de 15 anos no Brás, e aqui, a maioria dos trabalhadores que estão conosco são lideranças que sempre estão lutando em favor dos trabalhadores. Como já vimos nos vídeos, é lamentável. Está presente o Capitão Roberto. É triste. Como falou o companheiro, a atuação da polícia é dar segurança ao cidadão brasileiro, não reprimir. Venho de família de militares, de polícia, de oficiais no Peru. E é triste, porque dentro do corpo militar, do corpo da polícia, ensinam-se valores fundamentais, que é respeitar o ser humano; mas, infelizmente, o que vemos todos os dias – e não só neste vídeo – é triste.

Da parte da Prefeitura, da subprefeitura, quando apreendem uma mercadoria, a gente não sabe para onde vai. Já perdi mercadoria. Minha mercadoria apareceu na madrugada sendo vendida por outras pessoas. É triste o negócio que eles fazem.

Eu agradeço e falo para os demais Vereadores que se juntem a esta luta, a essa iniciativa que a Vereadora faz. Eu conheço o seu trabalho e espero, com todos nós, fortalecer a luta da Vereadora. Vamos para cima. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Para cima. Pessoal, temos mais algumas falas. Temos ainda a Valdina, da Unicab; o Souza, do Fórum dos Ambulantes; e a Lúcia, representando o pessoal de Taipas.

Tem a palavra, agora, a professora Luciana Itikawa.

**A SRA. LUCIANA FUKIMOTO ITIKAWA** – Boa noite a todos.

É uma alegria estar aqui – uma honra, na verdade – a convite da Vereadora Luana, com quem eu trabalhei por dois anos na época da pandemia. Também tenho uma admiração infinita pelo trabalho da Vereadora Elaine Mineiro e, especialmente, da Luiza Erundina, que sempre foi a minha ídola, a figurinha do álbum da Copa que eu mais gostava, minha ídola para sempre. Então, fico muito feliz até porque, acredite, sua lei dos ambulantes – eu dizia isto antes de chegar – é considerada a lei mais progressista, a melhor lei do mundo, considerada por colegas da África do Sul, da Índia, da Ásia e da Europa Oriental. (Palmas)

A Lei 11.039/1991 foi escrita com uma questão muito especial: a participação dos ambulantes na política. No entanto, os encontros da Comissão Permanente de Ambulantes – CPA, que deveriam acontecer a cada mês, não acontecem. Isso já é um desvio. Apesar de a lei ser a melhor lei do mundo sobre o tema, ela já gera uma improbidade administrativa justamente pelo seu não cumprimento.

Quero pontuar algumas coisas. Para além da violência, tem uma questão estrutural muito antiga, que é, na verdade, fruto desse racismo estrutural, dessa herança colonial que a gente tem, de uma casa grande e senzala, que não está como forma, mas está como método. Aí, o que acontece é que a gente tem em torno de 103 mil ambulantes na cidade de São Paulo, segundo a última Pesquisa Nacional de Domicílios, do IBGE. Só que no *site* do Tô Legal tinha apenas 1,6 mil TPUs para ambulantes. Eles ainda emitiram mais 3,5 mil “tôlegais”, que vão para barracas, para *food truck*, para essas outras coisas mais gourmet, mas não para trabalhadores.

Na verdade, toda essa violência só pode ser explicada por uma equação muito simples, porque é uma máquina muito lucrativa e muito genocida, punitiva e racista – (palmas) – de lidar com o trabalhador. E ela só existe porque tem gente que recebe dinheiro, seja oficialmente, seja extraoficialmente. Então, essa máquina de produção de informalidade tem seu lucro do outro lado, e é por isso que se explica. Daí a questão de fundo, que o companheiro falou, que precisa se rever, sim, todas essas formas: não só o congelamento das licenças dos TPUs há mais de dez anos - e os trabalhadores vão morrendo e não são emitidos novos TPUs - , como o Tô Legal, que é uma política que não é transparente. Eu mesma já pedi diversas vezes

via Lei de Acesso à Informação informações sobre o TPU, mas elas não chegam e vêm com as explicações mais estapafúrdias. Então, não temos uma política de transparência do TPU.

Se há 100 mil ambulantes e apenas 1,6 mil licenças de TPU, estamos falando em quase só 1%, significando que cerca de 99% sofrem violência todos os dias ou precisam estar submetidos a essa política de extorsão. Então, quero dizer que é possível sim, porque países como África do Sul e cidades como Durban, Cidade do Cabo, Joanesburgo, Cidade do México e até Nova Iorque conseguem ter dez vezes mais emissão de licenças do que a cidade de São Paulo. Então, isso só pode ser explicado pelo racismo, pela máquina de genocídio, pela máquina de lucro sobre trabalhadores.

Essa é uma trajetória muito bonita que foi construída com o Fórum dos Ambulantes – o Souza, de São Miguel Paulista; os companheiros, a Meg e o nosso amigo Clebinho, do Brás; o Luís e a Valdina, do Centro; várias lideranças de Santana e de várias regiões do país -, e estamos unidos na mesma causa. Estamos agora em uma frente de mapeamento dos ambulantes com o Dieese, com um fruto de emenda parlamentar. O PSOL e o PT foram extremamente solidários para que a gente pudesse dizer: a gente tem 120 mil, 200 mil, 300 mil ambulantes. Então, aqui está a maior prova dessa improbidade administrativa, e a Prefeitura precisa emitir, porque existem trabalhadores ambulantes que estão submetidos a todas essas violências.

Para além da ausência, do não cumprimento das Comissões Permanentes de Ambulantes - CPAs, que estava na lei há 35 anos ou mais, também não é cumprida a Lei do Lacre, a normativa do lacre. Ou seja, toda normativa da Guarda Civil Metropolitana, que deveria marcar o número do lacre para depois registrar onde se pode recuperar a mercadoria *etc.*, isso também não está sendo cumprido, e é outro ponto de improbidade administrativa. E o nosso advogado do Centro Gaspar Garcia, o Eduardo, vai poder falar melhor do mandado de segurança, justamente uma iniciativa do Centro Gaspar Garcia para impedir e segurar a violência no Brás. Ainda assim, mesmo com mandado de segurança, temos violência de manhã, de tarde e de noite, todos os dias, 24 horas por dia, de domingo a domingo.

Essa questão está também no Plano Diretor. Há 12 anos conseguimos incluir no Plano Diretor os mercados populares. O Mercado Municipal e o Mercado de São Miguel têm TPU, e é o mesmo TPU do trabalhador na rua. Então, se tem uma Habitação de Interesse Social, tem que ter um mercado de interesse social como política pública e subsídio e também os espaços próximos às linhas de transporte coletivo. Isso está escrito no Plano Diretor, a gente lutou para isso constasse. Tem espaço para todo mundo, dá para incluir.

Desculpem eu ter me alongado, mas eu acompanho vocês há 23 anos porque o meu pai foi trabalhador ambulante. Daí o carinho que eu tenho por vocês, de chamá-los de irmãos. Se todo governante tivesse tido um pai, uma mãe, uma prima, um tio, um irmão ambulante, saberia o quanto vocês têm garra, têm sangue, têm suor, têm dedicação, trabalhando honestamente. É isto: é preciso enxergar cada trabalhador como ser humano. Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Excelente. Muito obrigada, Lu. É sempre uma aula. Pessoal, vou chamar a Valdina, companheira da Unicab. (Palmas)

**A SRA. VALDINA SILVA ANDRADE** – Boa noite a todos e a todas. Boa noite à Mesa. Na pessoa da Vereadora Luana, cumprimento a Mesa. Muito obrigada pelo convite, me sinto muito honrada por estar aqui. Boa noite, minha querida e amada Erundina, nossa Prefeita maravilhosa, que reconheceu e continuou lutando por nossos direitos como trabalhadores.

Trabalhadores ambulantes são grandes construtores deste país. Também sou trabalhadora ambulante, apesar de eu ter uma organização chamada Jaciara e de ser representante nacional da Unicab. Nós estamos hoje em 12 Estados, mas nosso problema é comum: a violência, Vereadora; a violência e a criminalização que nós sofremos.

Somos geradores de emprego e renda. O trabalho é um direito nosso, dos cidadãos trabalhadores; é um direito humano. Infelizmente, alguns prefeitos em alguns Estados não reconhecem esse nosso direito. Nós geramos 60% da economia do país; isso não é pouco, Vereadores, Vereadoras e Mesa. No entanto, não somos reconhecidos. O que temos em troca? A violência, o descaso.

Com a chegada da Covid-19, muitos de nós sofremos os dados morais, físicos e psicológicos. O que vemos hoje são necessidades, Vereadora. Que seja regularizado o solo urbano, que dá a todos os trabalhadores a garantia do trabalho e da sua sobrevivência, porque as grandes empresas é que se beneficiam da nossa luta todos os dias. A prova está aqui: uma quinta-feira, às 19 horas, esses companheiros aguerridos, muitos vão trabalhar de madrugada para sustentar suas famílias para também darem a seus familiares o direito à moradia e à educação.

E o governo brasileiro e o Prefeito, e também o Estado e todas as autoridades têm de compreender que nós não precisamos de Operação Delegada, nós precisamos de nosso direito ao trabalho. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, companheira Valdina.

Vou chamar agora o querido Souza do Fórum dos Ambulantes. Por favor, Souza, nos dê a honra.

**O SR. SOUZA** – Boa noite companheiros, Vereadora Luana, Deputada Luiza Erundina, aliás, muitíssimo obrigado por ter sido Prefeita de São Paulo. Apenas que, naquela época, não tinha reeleição, não é Luiza? Foram só quatro anos. Mas temos um agradecimento especial para você. E quero dizer porque é um agradecimento especial. Por uma razão, Luiza Erundina: antes tinha um prefeito na cidade, chamado Jânio Quadros.

Para vocês terem uma ideia só tinha ambulantes legalizados os deficientes na cidade de São Paulo. Erundina foi Vereadora e Deputada Estadual. Comparecemos diversas vezes em ambos os gabinetes dela. E tinha também na cidade a Vereadora Irede Cardoso, que nos recebia também. E a Erundina falou que quando fosse prefeita iria legalizar os ambulantes. Ela nos disse isso numa das nossas conversas.

Depois que ela assumiu, afastou os corruptos fiscais cinco dias depois. Eles eram todos ex-presidiários colocados para intimidar os vendedores ambulantes. Hoje vem a Polícia, naquela época eram ex-prisioneiros. Vejam: não contra eles, que estavam trabalhando, mas a

atitude vinha para corromper e intimidar.

O que o Jânio fazia? Numa apreensão, numa barraca, os chamados caixão amarelo, certa vez um deficiente no Glicério preferiu entrar na barraca, e eles mandaram guinchar a barraca, com o deficiente físico lá dentro. Esse era Jânio Quadros. De vez em quando, ele mesmo ia para a rua e prendia a barraca de vendedor ambulante para dizer que estava dando corretivo.

Então a democracia que temos hoje, a representatividade que temos, essa de participar e discutir, devemos muito à Luiza Erundina. Devemos muitos às forças progressistas dessa cidade. (Palmas)

A Comissão Permanente dos Ambulantes é um diálogo, onde o a Prefeitura, o agente público, conversam conosco e com o comércio. Essa forma de diálogo foi introduzida na cidade de São Paulo com a Luiza Erundina.

Quero dizer algo para todos: de lá para cá vieram o Maluf e o Pitta, quando se situou a corrupção na cidade de São Paulo. Foi preciso instaurar uma CPI, a chamada CPI dos Fiscais e, por conta disso, é que foram afastados os corruptos.

O presidente da CPI era José Eduardo Martins Cardoso, que foi Chefe de Gabinete da Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo e ele, no final da CPI, recomendou, junto com o Ministério Público, que fossem legalizados os ambulantes. Esse cadastro foi feito em 1998 e, de lá para cá, não se fez mais nada.

Quando pensávamos que as coisas estavam andando, que os ambulantes estavam indo mais ou menos, veio a Marta, depois veio o Serra e, em seguida, o Kassab, que todo mundo reconhece e sabe a dificuldade que tivemos nesse governo. Foram eles que trouxeram a Polícia para cassar os ambulantes, como se fossem à caça dos preferidos, tipo “vamos abater hoje trabalhadores negros, abater as mulheres, caçar os ambulantes dessa cidade de São Paulo”, quando gastaram 150 milhões por ano, dinheiro que dava para construir milhares de casas em São Paulo, só para conseguirem 2,7 mil legalizados na cidade. A Feira da Madrugada, hoje, gera emprego e faz com que a indústria têxtil do Brasil não vá à falência.



E ninguém reconhece o trabalho dos ambulantes como uma economia de turismo, de negócios. O Brás representa, hoje, uma economia de negócios e turismo, onde chegam ônibus e mais ônibus com pessoas que vêm comprar, gerando empregos para todos. Mas esses trabalhadores estão condenados a chegar aos 65 anos sem aposentadoria. Eles não têm seguridade social, não têm o reconhecimento.

E o Congresso Nacional, agora, com a abertura política, com o Lula lá, é preciso que haja essa discussão e que ela encabece o Congresso.

Quero lhe pedir, Luiza, ajuda, porque os ambulantes da cidade de São Paulo estão vivendo à base de agiotas, que os financiam. Precisávamos que as instituições públicas do Governo abram os cofres públicos e financiem nossas atividades, que abram linhas de crédito especiais para esses trabalhadores.

Também precisamos que a Bancada de Vereadores, dessa Casa, Vereadoras Elaine e Luana, me desculpem vou esticar um pouco, mas é preciso que aprovem uma lei, que já até foi votada em primeiro turno, que o Prefeito Ricardo Nunes tenha a consideração de não vetar essa lei, em cujos trechos garante a legalização dos brasileiros e dos estrangeiros, alguns refugiados no País, e que trabalham na Feira da Madrugada. Eles precisam ser legalizados.

E não só os vendedores ambulantes que trabalham hoje ali, alguns precisam ser novamente legalizados e digo porquê. Vou trazer uma informação nova: tem viúva sendo expulsa da rua porque o marido morreu e a única fonte de renda era a licença do marido, e ela não pode trabalhar com o negócio dele. Então como vai sustentar sua família? O marido não deixou aposentadoria, não amealhou condições financeiras permitindo a ela ter uma vida saudável. Era essa minha fala, me desculpem por ultrapassar o tempo, obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Maravilhoso. Muito bom.

Pessoal, agora, ainda teremos a fala das pessoas que se inscreveram aqui, vou chamar a Lúcia, representando o pessoal de Taipas, pode chegar à frente. Bem-vinda.

**A SRA. PASTORA LÚCIA** – Boa noite, a paz do Senhor a todos. Sou a Pastora Lúcia, do parque de Taipas, moro na Parada de Taipas. Estou aqui representando os ambulantes

daquele lugar.

Estou lá há 35 anos. Trabalho na rua há 25 anos. Criei meus filhos e netos, trabalhando com pastel, ali na Parada de Taipas. É tudo muito difícil. Não estamos falando só dos ambulantes do Brás, mas, sim, de ambulantes de várias regiões, principalmente de Taipas, pois estou os estou representando aqui. Precisamos realmente de uma atenção.

O que eu quero dizer é que nós não vamos parar. Faço um movimento cristão naquele lugar, resgato drogados, meninos que ninguém dá nada. Fico indignada. Hoje não trabalho mais lá, mas tenho família ali, netos que trabalham para ganhar seu pão. Precisamos mesmo que os políticos nos ajudem, porque não é dos camelôs e dos ambulantes que vocês se elegeram? Não é de nós que vocês se elegeram políticos? O que acontece com o ser humano, fica uma classe lá embaixo, outra lá em cima. Não somos todos iguais aos olhos do Senhor?

Então está faltando amor. Por isso venho falar do amor que está faltando para as pessoas, para que olhem mais a todos que trabalham. Porque se não trabalha, não rouba, então morre? Se é tomado de nós o que é nosso, comprado com nosso dinheiro, mas alguém vem e toma de nós, arranca das nossas mãos, que nome podemos dar a isso? (Palmas)

Portanto, precisamos, sim, de um Vereador. Eu conheço muita gente, faço parte de um movimento cristão muito grande e estou, aqui, representando meu Deus. Eu sei que Ele vive e sei que muitas coisas ainda vão rolar. Mas o que eu quero dizer é que não é digno, é triste ver um trabalhador perdendo maquininha. O que uma pessoa faz com a maquininha de outra pessoa? O que eu posso passar na maquininha de alguém? Como que um policial sai da rotina, pois vemos tantos roubos, tanta coisa grave acontecendo nas ruas, e esse policial, mais dez, vinte policiais, preparados, num lugar só, o dia todo, olhando os ambulantes para ver se eles vão montar suas barracas?

Então falta essa segurança em outros lugares. Quer dizer, que a segurança é para os trabalhadores? Vejo pessoas escoltadas por polícia o dia todo, por meses, parado ali no parque do Taipas, na Parada de Taipas, um lugar que foi esquecido, pois quem fundou ali fomos nós que chegamos, porque ali não era nada. Ali não era nem parte da cidade, nós é que fizemos

alguma coisa. Tem ruas ali, aliás, que nem estão no mapa.

Por isso quero chamar a atenção dos Vereadores sobre esse lugar. Nós não vamos parar. Se tiver um policial no mês, ou mesmo dez ou vinte - ou a própria Polífrica - vindo sobre nós, não vamos parar. Amém? Quero dizer que não vai parar. Nós vamos continuar trabalhando de qualquer forma, nós vamos romper, amém! Agradeço a oportunidade. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Lúcia.

Agora, vou fazer o seguinte, pedir para o Capitão Roberto, pergunto se o Capitão Roberto, Comandante da região do Brás, está *on-line*, Capitão Roberto? Consegue me ouvir? Escuta bem?

**O SR. CAPITÃO ROBERTO** – Estou *on-line*. Ouço perfeitamente.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Pode, por favor, fazer uso da palavra, estamos na sua escuta...

**O SR. CAPITÃO ROBERTO** – Primeiramente, boa noite.

Gostaria de explicar todos que a questão do combate ao comércio ambulante irregular não compete à PM e, sim, à GCM. O que temos hoje é um convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura onde o Policial Militar recebe da Prefeitura para atuar e exercer a função da GCM. A função é delegada ao PM através desse convênio.

Uma vez que ele foi na área, ele não está para agir como Policial Militar, mas sim como Guarda Municipal, fazendo as funções do GCM, inclusive de apreensão. Então, independente se o Agente da Prefeitura está junto ou não, o Policial Militar tem, sim, autoridade para fazer, na ação delegada, para fazer a apreensão.

Com relação ao questionamento do porquê que fazemos a operação, conseguem me ouvir?

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Sim, pode prosseguir.

**O SR. CAPITÃO ROBERTO** – Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Se puder, Capitão, falar mais alto, ou se aproximar do microfone, por favor.

**O SR. CAPITÃO ROBERTO** – Tá bom. Melhorou?

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Não. O senhor pode se aproximar mais, ou falar mais alto, por favor, Capitão?

**O SR. CAPITÃO ROBERTO** – Melhorou?

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Pode falar. Se der para aproximar mais ou falar mais alto...O seu áudio está um pouco baixo e a gente gostaria de escutá-lo.

**O SR. CAPITÃO ROBERTO** – Com relação a como a Polícia Militar trabalha no Brás especificamente, nós temos de manhã um problema crônico, que são os fechamentos da rua. O pessoal que trabalha de madrugada não só atua na calçada, mas também sobre a via de rolamento. Então, elas impedem o trânsito de veículos. Inclusive, nós já tivemos problemas com ônibus que tiveram que desviar do trânsito porque não conseguiu entrar no Brás.

Então, nós atuamos de manhã na desobstrução da via principalmente para normalizar o fluxo de veículos e de pessoas não só da região do Brás, mas de todo o Centro de São Paulo.

Quanto à violência policial, a cada ano nós temos diminuído cada vez mais o número de reclamações que chegam a nós. Então, se está tendo violência policial, não está vindo para gente. Então, se o pessoal está tendo violência, que filme. Hoje em dia todo mundo tem um celular com câmera. Pode filmar, trazer diretamente à companhia ou para a corregedoria ou mesmo para ouvidoria das polícias que vai ser apurado.

Quanto à questão do racismo, do preconceito, quer seja por raça, etnia, a Polícia Militar como instituição é uma instituição isenta de racismo. Logicamente, desvio de conduta existem não só na PM, como em qualquer outra instituição e esses desvios quando chegarem a nós através de denúncia, eles vão se apurados e vão ser punidos desde a prisão administrativa até mesmo a demissão do agente. Então, mais uma vez, está tendo esse problema? Gravem, tragam para a gente - seja pela ouvidoria, pela corregedoria - que será apurado.

Mas o que nós temos tido no Brás é justamente o contrário. O número de confrontos entre policial militar e camelôs tem diminuído cada vez mais. Todos os modos de atuação que a

polícia militar atua foram desenvolvidos, nos últimos quatro anos, justamente para diminuir o número de confrontos. E, hoje em dia, podem verificar a quantidade de camelôs que foram feridos pela PM, que foram parar no hospital. É justamente o contrário. O que nós temos neste ano foi o policial militar que foi agredido na Rangel com uma cadeirada nas costas e outros que já foram parar no hospital militar, inclusive com traumatismo craniano. Então, o número de confrontos não foi diminuído não só pela questão do ambulante, mas também do próprio policial militar que também sai ferido desses confrontos. Assim como os camelôs, nós também não queremos esse confronto.

Na tentativa de evitar a gente inclusive faz a varredura de manhã para desobstruir as vias todos os dias, de segunda a sexta, no mesmo horário. Então, o camelô da madrugada já sabe o horário que o policial vai passar e só fica aquele que realmente quer o confronto porque o camelô que quer evitar o confronto vai embora antes.

Quanto ao questionamento da Vereadora sobre a quantidade de policiais, modo de atuação, nós temos essa informação na companhia. Se quiser comparecer lá ou mandar um representante, eu vou ter o maior prazer em receber e responder qualquer questionamento que tenha sobre a delegada do Brás e o modo de atuação dos policiais.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Capitão Roberto, é o seguinte, diversos questionamentos nesta audiência foram trazidos em relação à atuação da polícia militar. De toda forma, agradeço a sua vinda mesmo que *on-line*. O que eu proponho? Diversos vídeos, como você mesmo propôs, foram enviados. São rotineiramente enviados ao meu gabinete em relação as ações que são truculentas e violentas. Como o senhor citou a ouvidoria, eu vou colocar como um dos encaminhamentos desta audiência, Capitão, uma ida ao comando. Como é o nome do batalhão que você trabalha?

**O SR. CAPITÃO ROBERTO** – O meu quartel é a 3ª Companhia, que fica atrás do 12º DP. A senhora pode escolher se prefere vir à Companhia, Batalhão ou no próprio CPA.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Está bom. Então, Capitão, um encaminhamento vai ser então uma ida à 3ª Companhia. Eu vou presencialmente com uma

comissão e levaremos os vídeos dos registros, porque é importante de fato que seja apresentado. Então, um dos encaminhamentos será esse. A gente entra em contato e oficia então o 3º Batalhão.

Já que houve denúncias de apreensão de mercadoria, não devolução, a apreensão de mercadoria sem o lacre, denúncia de violência, de truculência, também posso chamar para essa reunião o Ouvidor das polícias. Pode ser?

**O SR. CAPITÃO ROBERTO** – Pode.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Perfeito. Então, estamos aqui acordados.

Esta audiência pública é gravada. Acho importante que todo mundo, por favor, traga os registros até nós. Peço para que todos tragam os vídeos, tragam os documentos. É muito importante.

Qualquer agente público, independente se é da Segurança Pública, da educação, da saúde, é pago com o dinheiro do povo e tem princípios éticos para cumprir. Qualquer servidor público. O policial militar é um servidor público assim como é qualquer outro servidor público. Então, qualquer servidor público tem que seguir certos protocolos. Correto, Capitão?

**O SR. CAPITÃO ROBERTO** – Correto. Inclusive, na PM, a gente chama de procedimento operacional padrão, que nós seguimos.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Ok. Então, a gente irá até a 3ª Companhia com todos os registros e eu peço a todos aqui que deram seu contato, colocaram o seu nome ali na lista de presença, porque a gente vai apresentar e vai colocar porque não é admissível nenhum tipo de violência contra os cidadãos.

Agradeço a participação, Capitão.

Pedrinho, pode falar.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PEDRINHO DE OGUM** –...de prisão justamente porque a gente filmava filmando as ações da polícia, ou seja, não deixam.

A gente sabe que toda essa fala tem a interrogação. Só que eu acho que quando a

gente diz: nós precisamos nos organizar, é em que sentido? A gente combinar as nossas ações. Por isso que tem hora que a gente tem que perder 30 minutinhos e combinar. Ele prende uma pessoa porque ele vê uma pessoa. Agora a gente tem que se unir. Na hora que eles estiveram atuando todo mundo deve estar com o celular na mão. Por mais que ele prenda um, mas ele não consegue prender tudo de uma vez e dessa forma nós vamos registrando a ação de truculência da polícia militar. Porque tudo o que ele falou aí tem uma interrogação muito grande, porque eu não sei aonde é que acontece essa operação desse jeito, porque, no Brás, eu posso afirmar que é truculento e é todo dia.

Hoje mesmo teve gente que perdeu o carrinho. Eu já perdi três vezes e quem tomou não foram os fiscais, foi a polícia. Eles tomam e depois ligam para os fiscais irem pegar. É um negócio de louco.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Capitão Roberto, surgiu uma dúvida que entre os presentes em relação a filmagem do procedimento dos agentes. Eu gostaria que o senhor deixasse registrado para a ata oficial da audiência. Qualquer cidadão pode fazer filmagem, correto?

**O SR. CAPITÃO ROBERTO** – Sim. Qualquer cidadão pode fazer filmagem.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Então está registrado. Está registrado aqui nesta ausência pública. Por favor, Capitão Roberto, você pode, por favor, repetir só para não haver dúvidas, porque eles têm dúvidas. Existe uma série de dúvidas. O senhor pode afirmar, por gentileza, a frase de que qualquer cidadão pode fazer a filmagem da ação dos agentes públicos?

**O SR. CAPITÃO ROBERTO** – Qualquer cidadão pode fazer a filmagem da ação dos agentes públicos até porque não adianta o policial militar não permitir que faça a gravação, porque o que mais tem no Brás inteiro é câmara. Então, tem muitas pessoas para gravarem e seria impossível um policial militar impedir que todo mundo gravasse.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Perfeito. Agradeço, Capitão.

Foi registrado. A audiência pública, pessoal, só para todo mundo ficar na mesma

página, é um espaço oficial de uma discussão entre os cidadãos e o poder público. Então, o que é dito aqui é registrado, entra em ata oficial, é documento oficial. Então, é muito importante e é por isso que é importante a participação da população, por isso que é importante que se saiba o que acontece. Agradeço tanto a presença do Capitão quanto dos trabalhadores presentes, porque aqui foi acordado e foi confirmado o direito do cidadão.

Vou passar, agora, para a gente conseguir dar prosseguimento, com muita felicidade, com muita honra eu passo a palavra para nossa querida referência ex-Prefeita de São Paulo e Deputada Federal Luiza Erundina.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** – Boa noite, companheiras. Boa noite, companheiros. Boa noite Vereadoras Luana e Elaine.

Quero começar dizendo que eu estou aqui acompanhada de alguns companheiros e companheiras que representam, no mínimo, metade daquilo que eu faço. Se você reconhece o meu trabalho e falam dele como algo que é importante para vocês, lembrem-se de que pelo menos metade dessa energia, desse esforço e dessa ação eu devo aos meus companheiros da minha equipe São Paulo. Tenho três deles aqui: Muna Zeyn, assistente social; Camilo, que é o nosso companheiro da área de comunicação; e Léo, que é aquele pau para toda obra no nosso gabinete, além de outros que tem lá e da minha equipe em Brasília.

Fiquei muito feliz, Luana, e quero te agradecer esse convite. Comecei minha experiência legislativa nesta Casa como Vereadora da cidade de São Paulo. Antes, assistente social trabalhando junto ao povo e, desde então, final da década de 70 e início da década de 80, estava nas periferias junto com vocês, junto com a luta dos trabalhadores de um modo geral. Portanto, eu tenho uma identidade de vida com vocês.

Quando a Luana me mandou o convite, eu estava em Brasília e disse: “temos de dar um jeito e ir mais cedo a São Paulo que eu não posso deixar de atender a nossa Vereadora que representa o nosso povo em São Paulo.” E para me encontrar com quem? Com os meus irmãos trabalhadores de rua, que são os que trabalham no comércio ambulante nesta grande cidade, há muitos anos, há muitas décadas. Eu conheço de perto o sofrimento de vocês. E é com base



nessa experiência de vida que me permitiu, inclusive, estar junto do povo, e é isso que me mantém, apesar da idade, ativa e com cabeça boa. Às vezes, as pernas não andam muito bem, mas a cabeça funciona e isso é suficiente para fazermos as coisas. (Palmas) Eu devo isso ao meu compromisso com o povo.

Eu vim para São Paulo expulsa pela ditadura militar, porque eu lutava com os camponeses no Nordeste, na Pastoral da Terra, lutando pela reforma agrária, porque há muita terra, ainda, no Nordeste, e há muita gente que é obrigada a vir para São Paulo ficar debaixo dos viadutos, nas favelas e tentar sobreviver com atividade ambulante e é essa tragédia que vocês vivem no dia a dia. Muitos de vocês ou os mais velhos vieram nessa leva da migração do Nordeste para São Paulo. Portanto, os trabalhadores do campo, não tendo terra para trabalhar porque o dono da terra resolve dar outra destinação à sua terra... “Sua” porque está em um papel registrado em cartório... Mas terra vazia na cidade, terra vazia no campo é do povo. (Palmas) É do povo. (Palmas) Quem ocupa essas terras está ocupando e concretizando um direito: o direito à vida, direito a viver, direito a morar, direito a trabalhar.

Eu, a vida inteira, trabalhei em torno dessa questão ajudando o meu povo a se organizar, a tomar consciência dos seus direitos e a tomar consciência da sua força. E está provado: hoje à tarde, eu fiquei muito emocionada, muito comovida e feliz de ver o quanto vocês cresceram em nível de consciência dos direitos e apontando, inclusive, soluções para o Poder Público, para quem tem a responsabilidade de dar soluções a essas questões que vocês apresentam com muita propriedade e com muita experiência e com muita autoridade. (Palmas)

Eu estive com vocês como assistente social e com outras companheiras – a Muna era uma delas -, desde que eu cheguei em São Paulo, em 72. Ela mais recentemente e eu em 72, fugindo da ditadura para não ser presa, para não ser assassinada, para não desaparecer como muitos desapareceram. E qual era o nosso crime? O crime de estar com o povo, ajudando o povo a abrir os seus olhos e a sua cabeça e dizer que morar, estudar, cuidar da saúde, ter uma renda digna e uma moradia decente são direitos de todo ser humano. (Palmas) Esse foi o nosso crime. (Palmas) Por isso, muitos morreram e estão desaparecidos ainda: são mais 442

desaparecidos políticos, e que não eram criminosos. Eram amantes da liberdade, eram amantes da democracia, eram amantes do povo e que queriam um país livre, um país soberano e um país para todos, não só para uma minoria que tem tudo. E esse tudo deles cresce a cada minuto, por conta do quê? Da riqueza que o trabalhador gera. É o trabalhador que gera com a sua força de trabalho, mesmo com o seu trabalho ambulante, sem ser um trabalho formal. E vocês já têm clareza disso. Vocês contribuem para gerar economia do país. Vocês contribuem para resolver o problema econômico deste país. (Palmas) São 60%, nos índices que as pesquisadoras nos trouxeram aqui. Portanto, não é verdade que os ambulantes e as ambulantes são problema. São solução. (Palmas)

Imaginem se todo esse povo, que sobrevive do trabalho do comércio ambulante, não tivesse esse meio de vida? Não é emprego, não é. É trabalho. Trabalho que gera renda e que gera dignidade. É isso que vocês fazem. Por isso, imaginemos 100 mil ambulantes sem essa alternativa de renda e de trabalho, o que seria da periferia pobre e preta deste país. (Palmas)

Por isso, eu devo agradecer, Luana, de coração, por você ter me trazido aqui nesta tarde. (Palmas) Felipe, eu ficaria aqui a noite inteira ouvindo vocês, porque eu ouvi vocês e vi claramente o que é este país ainda, o quanto ele ainda é injusto. Mas, ao mesmo tempo, é enorme a alegria de ver que o povo entende as coisas, sabe dos seus direitos, reclama por eles e denuncia as arbitrariedades, a violência policial, o descaso do Poder Público para com tantas famílias de trabalhadores.

Nós temos de nos organizar - esta foi uma diretriz e uma proposta que um de vocês colocou aqui. Somos muitos. Vocês são muitos e muitas. Imaginem essa multidão unida, coesa, consciente dos seus direitos e decidida a lutar por esses direitos! (Palmas)

O Brasil vai mudar. Não só a vida de vocês mudará, mas o próprio país tenderá a mudar.

Eu ainda tinha a noção do ambulante com menos sabedoria que vocês demonstraram hoje à noite, com menos clareza daquilo que vocês vivem, com tanta lucidez sobre os direitos de vocês. Vocês são uma força.

Vejam, a República do Brasil tem o poder legislativo, o poder executivo e o poder judiciário, e está faltando um: o poder popular. (Palmas) E não é uma ficção, não. Este não é um discurso de Luiza Erundina, de uma velhinha de 88 anos. Não. (Palmas) São vocês, a maioria que elege as vereadoras, os vereadores, os prefeitos, as prefeitas, os governadores e os presidentes. Imaginemos o dia em que todos nós, trabalhadores, assalariados de todos os segmentos da classe operária, da classe trabalhadora... Vocês são membros da classe trabalhadora como trabalhadores ambulantes. Imaginemos essa força que elege pelo voto livre e soberano... Que, inclusive, ameaçaram tirar de nós. Quiseram tirar o direito de escolhermos os nossos representantes. Não permitamos isso nunca mais. Nunca mais. Mas, para isso, nós temos de tomar consciência de que nós somos um poder. O povo é um poder. É o poder popular. Aquele que elege e aquele que mantém o eleito. Não tem presidente, não tem governador, não tem prefeito que não tenham apoiadores na população, na classe trabalhadora, sejam de Direita ou de Esquerda. O povo não é de Direita e de Esquerda. O povo é povo (Palmas) O povo é povo com dignidade, com direitos e com poder popular de escolher e, se quiser, de tirar também, se resolver que o eleito não deu conta da tarefa. Mas ainda não temos esse dispositivo em nossas leis. Um dia, teremos. (Palmas)

Minha gente, não quero mais encompridar o papo, porque muitos de vocês trabalharam pesado e ainda vão voltar, de madrugada, para conquistar aquela renda, pelo trabalho digno de vocês. Digno, tão digno como de qualquer outro que trabalha e tem um salário.

Então, eu tenho um profundo respeito por vocês. Eu tenho um profundo amor por vocês. Eu tenho uma vontade enorme... Eu ainda tenho três anos e três meses de mandato – o meu último mandato, que vocês me confiaram -, e eu vou dedicar este tempo que ainda me resta, de representação no Congresso, para colocar a serviço da nossa luta, da luta de vocês. (Palmas)

E aqui eu tenho uma proposta para submeter às nossas vereadoras, às que estão aqui e a todos vocês: de nós, Luana, prepararmos uma reunião como esta... Não é uma audiência pública. O Governo Lula criou o Ministério da Pequena Empresa, do Pequeno Negócio, da Economia Solidária... Eu não sei o que é direito, ainda, porque é muito novo. E Márcio França,

que foi vice-governador em São Paulo, foi do meu partido, PSB... Hoje, ele continua no PSB, mas com o PT, com PSOL – que é o meu atual partido -, apoiando o Governo Lula, ajudando o Governo Lula, e justo Márcio França foi designado para dirigir esse Ministério.

Eu quero propor, se vocês concordarem, de convidar o Ministro Márcio França, da Microeconomia, para vir aqui para uma reunião como esta com vocês, para conversarmos com ele. (Palmas)

Mas eu não quero só ouvir o que possamos dizer a ele, nesse dia que marcamos e que ele vier... Espero que ele venha e vou fazer força para ele vir. Vou exigir que ele venha. Ele é de São Paulo. Ele foi prefeito de São Vicente. Ele sabe das agruras do povo trabalhador desta cidade: do Filipe, do Pedro, da companheira, das vereadoras, de todos que já têm mais acúmulo de conhecimento sobre como organizar, como preparar um encontro como este, e fazer uma proposta da economia, do microcrédito, da microeconomia, da economia popular, para apresentarmos a ele. Não vamos pedir nada a ele, vamos trazer a ele uma proposta e você pesquisadora, pessoa do companheiro da atividade artesanal, mas que tem formação universitária e quem mais possa trazer, Luana, a Neide, todos que puderem e o meu gabinete está à disposição, a Mona está aí, o Camilo está aí, o Leo está aí, vão ser auxiliares de vocês se concordarem com essa proposta, para prepararmos um documento de fôlego, com proposta muito objetiva, realista, resgatando essa realidade, mostrando o vazio legal que existe. É uma atividade sem regulamentação, só tem uma lei que já tem mais de 34 anos, o resto é decreto aqui e acolá, decreto não garante nada. Decreto de Prefeito tem força enquanto esse Prefeito estiver no mandato e ele só fica, no máximo, quatro anos.

Então, é preciso, nesse documento que vamos preparar, apontar, fazer um diagnóstico da realidade do trabalhador ambulante. E aí a pesquisadora pode nos ajudar muito nisso, levantando pelo menos uma estimativa, ela fala desses 100 mil ambulantes, tentarmos alguns parâmetros que deem sustentação a esse dado para não colocarmos no vazio 100 mil, sem ter uma fonte mínima para dizer, pelo menos estimativamente 100 mil ambulantes. Essa é uma força extraordinária, e as dificuldades que vocês enfrentam, colocar isso no papel com muita

crueza, com muita objetividade, com muita força e com muita unidade.

Eu não quero ambulante brigando com ambulante, não quero ambulante discordando com ambulante por qualquer coisa. É com a vara fininha, uma só quebra fácil, muitas varas fininhas juntas é mais difícil de quebrar. Eu quero os ambulantes juntos, como se fosse uma pessoa só, um coletivo só entendendo as coisas, sobre o seu dia a dia, seu sofrimento. Cada um tem uma história para contar ou muitas histórias para contar de sofrimento, de dor, e de vitória, vocês também têm vitórias, por isso ainda estão sobrevivendo. A sanha dos governos de direita e da Polícia, que também a Polícia é de trabalhadores, mas lamentavelmente sem a clareza de que são funcionários do povo, assim como o Vereador é funcionário do povo, Deputado é funcionário do povo, Prefeito, Governador, Presidente, são funcionários do povo e têm que estar onde o povo está se realmente querem ser respeitados, apoiados pelo povo e terem a oportunidade de voltarem ao poder legitimamente pelas mãos do povo.

Pois bem...

- Manifestação do público.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** – É isso que vamos falar para o Ministro. Essa é uma das propostas, devem ter “n” propostas, mas no momento em que estivermos nos organizando para fazer a reunião com o Ministro, inclusive, eu posso apresentar um projeto de lei, mas para ter força precisa passar pelas mãos de todos os ambulantes. Não só eu assinar o projeto, as Vereadoras que estão do lado de vocês, mas os 100 mil ambulantes ou, pelo menos, parte desses subscreverem esse projeto. Acho difícil o projeto não ganhar na votação na Câmara dos Deputados, e eu faço questão de ser a proponente desse projeto de lei e de outros que vierem. Se formos muitos, tivermos uma posição correta e de todos apoiando, vamos conseguir.

Então, minha gente, quero agradecer, saio daqui jovem. Vocês me dão juventude, me dão uma agenda, eu saio daqui com “N” ideias na cabeça do que podemos fazer juntos no interesse dessa categoria de trabalhadores, que são os trabalhadores e as trabalhadoras ambulantes. São tão trabalhadores quanto quaisquer outros de carteira assinada em alguma empresa. São trabalhadores e trabalhadoras autônomos, não têm emprego, mas têm trabalho,

e trabalho que gera renda. É isso que dá dignidade, que dá direitos e força representando o poder popular, que é um dos poderes da República do Brasil.

Muito obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – São Paulo já teve Prefeita, não sei se todos sabem, já teve Prefeitura nesta cidade que defendia o povo.

Peço a todos, antes de encaminharmos, há mais alguns companheiros que se inscreveram para fazer uso da palavra. A Deputada Luiza Erundina, todos fizeram propostas, gostaria que todos conseguissem segurar mais um pouquinho, mas temos algumas falas de dois minutos, vou ter de ser a chata do tempo, que é para todos conseguirem falar no tempo legal para conseguirmos encaminhar algumas propostas.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** – Vereadora, me permita, me escapou uma historinha que não quero sair daqui sem ter contado. Antes de mim era Prefeito o Jânio Quadros, que proibiu a atividade do comércio ambulante, vocês sabem melhor do que eu. Aí com a força do povo ganhei as eleições para Prefeita, isso foi um susto danado que dei neles, de uma nordestina, uma mulher ter conquistado o poder na cidade mais rica do país, mais poderosa. E aí eles achavam que eu iria desmontar a cidade, arrebentar com a cidade, acabar, porque eu era uma ignorante e não teria condições de governar esta cidade que é um verdadeiro país.

O fato é que durante a campanha eleitoral eu disse, no meu Governo não haverá rapa. Eu disse, se eu ganhar as eleições o meu Governo não terá rapa para perseguir o trabalhador ambulante. Pois bem, no dia primeiro de janeiro a cidade de São Paulo ficou coberta de ambulantes, porque inspirados, apoiados naquela minha fala como candidata de que eu não teria rapa no meu Governo, então, todos aproveitaram em ocupar o melhor lugar de venda na cidade. Aí a cidade se encheu de ambulante e o pior, o pior não, o melhor é que a maioria dos ambulantes tem cabeça chata como a minha, pescoço curto como o meu, portanto, como nordestino, mas isso resultou para mim uma... como dizer, não uma infelicidade, dizer que os nordestinos estavam vindo para São Paulo porque tinha agora uma Prefeita nordestina.

Eu disse, olha, nós vamos ajudar a organizar a categoria dos ambulantes. São

trabalhadores e vamos reconhecer. No primeiro dia do meu Governo, a posse foi em primeiro de janeiro, no dia 04 de janeiro, eu estava no Centro de São Paulo com a Secretária dessa área, Aldaíza, vendo a situação do Centro. Realmente estava muito complicada, muita gente desorganizadamente e realmente tinha que ser organizado. Aí baixei o decreto 27.660, para durar 60 dias, que era o tempo que eu queria para o Governo poder arrumar, ver quantos ambulantes eram e dar uma arrumada, uma distribuída mais organizada na cidade.

Então, esse decreto vingou e depois de 60 dias tivemos condições de colocar uma lei, não, outro decreto, o mesmo decreto 27.660, e o outro era 27.619. O primeiro valeu por 60 dias, autorizando os que estavam na atividade ambulante e dando ao Governo 60 dias para arrumarmos a casa. No dia 22 de fevereiro, portanto, no mesmo ano, 1989, baixamos o decreto 27.660, que foi a base da lei que veio depois, em 1991, a Lei 11.039, de 23 de agosto de 1991, uma lei reconhecida no mundo inteiro, porque o fenômeno do trabalhador ambulante não é só em São Paulo, é em toda a grande cidade e há séculos que existe a atividade do comércio ambulante. Isso não é novidade, e isso tudo mantido com muita força, muita garra, muita luta, muito sofrimento, muita dor.

Portanto, é preciso atualizar essa legislação. Não é atualizar, que ela não seja atualizada, é completar, ela está incompleta, porque há uma série de decretos mexendo na lei. E decreto é um ato que termina enquanto o Prefeito mantém aquela decisão, mas outro Prefeito pode desconhecer e anular aquela decisão. Então, é preciso rever a lei, ou fazer uma nova lei, se for o caso, incorporando outros dispositivos que atendam aquilo que ocorreu em mais de 34 anos, que é o tempo dessa lei e que é o tempo daquela experiência, e que é o tempo daquela luta, que é a mesmo que estamos trazendo hoje.

Então, queria dizer isso, como nordestina estou mais identificada com vocês do que qualquer outro Prefeito quando governei esta cidade, mas também fui culpada, culpabilizada por ter vindo muito nordestino para São Paulo. Mas não é que vieram para São Paulo, já estavam em São Paulo, na periferia, e aproveitaram que não teria rapa e vieram tentar organizar sua vida com uma atividade ambulante na cidade no nosso Governo, que teve o nosso apoio, a nossa

vontade de que desse certo a organização deles na cidade; tanto é que deu certo durante o nosso tempo, sem problema nenhum. Mas agora nós temos que manter as conquistas e avançar nelas, e a luta garante a conquista e a sua permanência no tempo.

Muito obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Eu não sei como agradecer, na verdade. Eu me sinto extremamente honrada de estar dividindo esta Mesa com você, Luiza. É uma injeção de força que a gente precisava para seguir essa luta.

A gente vai dar início às falas.

Tem a palavra o Sr. Alex.

**O SR. ALEX** – Boa noite a todos os presentes, a Mesa. Sou da zona Leste e quero agradecer a Vereadora Luana por este convite, agradecer a presença da Luiza Erundina e de todos, principalmente da Defensoria Pública Geral do Estado de São Paulo e do Ministério Público Federal, porque a união de todos é a única saída que nós temos para procurar justiça e ser acolhido pela Defensoria Pública e o Ministério Público. Então, nós precisamos desses instrumentos para sobreviver.

Quero mandar um recado ao Prefeito Ricardo Nunes e para o Secretário Modonezi, que eles têm que voltar novamente para a escola porque eles têm que estudar o social, como a Luiza Erundina fez quando era Prefeita da cidade, em todas as áreas. Ela fez mutirão, fez social, fez desenvolvimento de trabalho para a cidade de São Paulo e não havia 10% do número de moradores de rua de hoje.

Nós, nordestinos, sabemos só ensinar trabalho, trabalho e trabalho. É isso que nós sabemos fazer, porque nós fazemos isso das 2h da manhã às 7h ou 8h da noite, trabalhando para manter nossa família dignamente.

Eu tenho muito orgulho de ter vindo para São Paulo e nunca ter trabalhado um dia como empregado. Sou ambulante, meus filhos e minha mulher também são e tenho muito orgulho. Então, quero dizer a vocês que continuem unidos, trabalhando e não desistam, porque a luta e o trabalho são ideais para as famílias. Não adianta ter riqueza e não ter uma casa para



morar, não ter direito de trabalhar. É por isso que eu luto.

Hoje nós estamos precisando do Congresso Federal, dos 55 Vereadores desta Casa, para ajudar os trabalhadores da antiga Feira da Madrugada que foram expulsos e não tiveram o direito de fazer cadastro. Os boxes foram vendidos, tirando o nosso direito e, ainda por cima, eles fizeram um contrato de aluguel de R\$ 15 mil a R\$ 50 mil. Eles entraram com uma ação judicial e estão bloqueando os bens desses trabalhadores que estão sem o direito de trabalho. Por isso, o Prefeito Ricardo Nunes e o Secretário Modonezi têm que vir a esta Casa para prestar contas; assim como os administradores do consórcio.

Luiza Erundina, a maior exploração é um pai e uma mãe de família ou uma pessoa que recebe auxílio do Governo ter seus bens bloqueados, as contas bloqueadas; e quando o seu dinheiro da aposentadoria cai na conta, vai para a conta do consórcio. Isso é uma injustiça social, porque bens de aposentados, bens do auxílio social, não podem ser bloqueados.

Vereadora Luana e os demais Vereadores desta Casa têm a responsabilidade de pedir explicação para o Secretário Modonezi e para o Prefeito Ricardo Nunes e do Coronel da Mooca, que reprime o trabalhador que está trabalhando dignamente, que não é como muitos que fazem falcaturia. Acolham esse povo que estão tendo suas contas bancárias bloqueadas.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Sr. Alex.

Tem a palavra o Sr. Maicon, artista de rua.

**O SR. MAICON** – Boa noite a todos. Eu não sou trabalhador de rua, trabalho com... a nossa madrinha é a Luiza Erundina, que criou o Centro Cultural de São Paulo, onde estou. E tenho uma fala muito importante: os trabalhadores têm o direito de trabalhar, direitos humanos, de estar trabalhando, principalmente no Metrô, onde os seguranças não os deixam trabalhar. Eu já vi uma cena de violência com os trabalhadores no Metrô e na rua também, e estou cansado de ver os rapas pegarem um monte de coisa dos trabalhadores, até dinheiro, inclusive no Metrô também eles pegam dinheiro.

Eu acho que tem que criar uma lei que proíba os rapas, porque esses trabalhadores

são seres humanos, estão trabalhando, o desemprego está ruim. Isso é desumano. Prefeito está proibido de colocar o rapa na rua, acabou. Chega de rapa! Vamos respeitar.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Sr. Maicon. Tem a palavra o Sr. Daio Viana, da Frente de Luta Social.

**O SR. DAIO VIANA** – Boa noite a todos.

Primeiro, eu queria agradecer a Mesa. É um orgulho muito grande estar reencontrando com a Luiza Erundina, que foi palco da zona Leste, palco das lutas sociais, palco das conquistas habitacionais, palco do Padre Ticão, de quem nós temos que lembrar com muita reverência. É isso que temos que trazer a esta tribuna, através desses representantes; esta Vereadora que está representando o setor mais importante da sociedade: a Esquerda.

Com certeza, nós temos três legados aqui: primeiro, Luis Inácio Lula da Silva, Luiza Erundina e Eduardo Suplicy. É patrimônio da história deste país, porque está sempre na luta do povo. Falar da Luiza Erundina é fácil, difícil é ficar recordando o que nós perdemos com o legado desse governo que está aí, do PSDB. Mas nós vamos conquistar, sim, o poder. Em 2024, nós somos responsáveis pela mudança, a mudança da Esquerda, do trabalhador, do poder. E é isso que nós faremos.

O Márcio França representa uma história: Foi duas vezes eleito o melhor Prefeito da Baixada Santista, com 88%. É uma honra tê-lo aqui para discutir a política do trabalhador, da economia informal.

Nós precisamos dar um norte, porque não pode acontecer o que está acontecendo com essa represália do poder, que está tirando o direito do trabalhador. Eles não estão mais pedindo a mercadoria, eles estão batendo e falando “essa é minha”, “perdeu, playboy”. Essa é a linguagem. É discriminação, é racismo, com os estrangeiros que vieram para trabalhar, para serem vistos como seres humanos, como trabalhadores.

Nós criamos uma comissão que foi à rua Almeida Lima, com o Careca, com a Valéria. Levamos arquiteto, levamos advogado, o Dr. Casé; levamos a equipe do Deputado Simão Pedro

até lá, para poder realmente fazer o projeto. Mas eles não dão ouvido, porque nós temos a maquete desse projeto; eles dão ouvido somente a quem está pagando.

Então, nós gostaríamos do apoio de Brasília, junto aos Deputados Federais; de São Paulo, da bancada de Vereadores que nós temos encabeçados com a Vereadora Luana e com outros Vereadores da Esquerda, seja de que partido for. Mas, se for para somar com o trabalhador, nós vamos elogiar e bater palmas. Votem no Boulos.

Encerrando, nós temos a Economia Solidária, e já fizemos na Assembleia Legislativa essa discussão; e nós temos que encaminhar projetos para mudar o padrão do trabalhador de camelô para economista, porque nós sabemos gerenciar o nosso dinheiro que ganhamos trabalhando na rua.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito bom. Obrigada, companheiro Daio.

Tem a palavra o Sr. Laurindo Vieira.

**O SR. LAURINDO VIEIRA** – Boa noite a todos – companheiros, amigos de trabalho e de luta há muito tempo. É uma honra tremenda [estar aqui]. Já tive o prazer de dar um abraço nessa mãezona. Hoje, eu tenho o IPTU graças a essa mãezona. Está parado porque é difícil ter atendimento lá para requerer o IPTU de volta; é difícil, só tendo dinheiro.

Eu gostaria de deixar o meu agradecimento a essa jovem que surgiu.

Hoje, eu estava distribuindo uns panfletos que ela fez. E disse a todos, a cada um a quem eu entregava: “surgiu uma esperança”. Vamos voltar àquele velho ditado que sempre falamos: “A esperança é a última que morre”. E surgiu.

Eu estou com 56 anos, décadas de vida no trabalho ambulante. Cheguei no Brás, em São Paulo, em 81. Não tínhamos esses companheiros senegaleses, haitianos, etc., africanos. Antes, eram coreanos, chilenos e bolivianos que trabalhavam ali. Hoje, temos essa categoria, esse povo também necessitado no seu país, e que vem para cá em busca de uma sobrevivência melhor. E estão aí sendo massacrados.

Hoje mesmo eu tive a resposta de um policial. Um fardo de água que eu pego, e a

maioria também pega para vender, porque não pode pegar mais de um, porque, se perder, o prejuízo é grande. A resposta que eu tive hoje de um policial que passou por mim e falou: “Tire essa porcaria daí”. É assim que nos tratam esses homens com patente policial, usando uma farda, que deveriam proteger a família, a população do seu país, a população brasileira. Aí eu pergunto: esses homens estudaram? Esses homens tiveram cultura de educação onde estão? Não, porque a cultura que nós recebemos deles é brutalidade, é ignorância, é estupidez. (Palmas) É esse o tratamento que nós recebemos de uma polícia chamada Polícia Militar, que deveria proteger o cidadão brasileiro, o trabalhador brasileiro.

Estamos com você, Luana. Surgiu uma nova esperança, porque no tempo que eu tenho de ambulante, eu nunca ouvi palavras de positividade.

Agradeço também ao Pedrinho por ter aparecido lá no Brás e ter apresentado você como uma jovem Vereadora, mas com coragem e com visão de conhecimento, que pode fazer algo essa classe de trabalhadores, que podem gerar renda absurda para os cofres públicos.

Eu deixo a minha palavra e o meu agradecimento a todos. Obrigado à Mesa. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Laurindo.

Tem a palavra o Sr. Tiago Pereira, representante da 25 de Março.

**O SR. TIAGO PEREIRA** – Boa noite.

Primeiramente, eu peço desculpas pela minha vestimenta, que eu acho que pode não agradar muita gente, e pelo meu linguajar. Mas eu vou tentar expressar o melhor ao máximo.

Eu queria até que o Sr. Capitão da Polícia estivesse presente, que eu queria fazer uma única pergunta para ele. Mas vou deixar essa pergunta mais para a frente.

Eu sou aquele rapaz que foi agredido pelo policial na 25 de Março.

Eu agi daquela forma porque nós já estamos passando por um período muito difícil. Como um amigo falou, nós agora estamos dependendo de agiota. Meu, é uma situação crítica que vivemos depois da pandemia, assim como os meus amigos da 25 de Março, Feirinha. Todo mundo está lá para trabalhar, não para levar esculacho de polícia, não para desrespeitar a

polícia.

Eu tive aquela atitude porque eram três policiais, e um deles dando um mata-leão em um trabalhador. Eu também sou trabalhador. E naquele momento eu pensei: “Eu vou ter que fazer alguma coisa”. Eu não pensei na consequência. Eu poderia ter morrido naquela hora, porque vocês podem ver, pelo vídeo, que o policial se preocupou em me algemar, não em me reanimar. A mercadoria foi apreendida. E esse amigo meu que tomou o mata-leão teve uma pochete com dinheiro furtada. E outra: mercadoria que a polícia pega, leva para a subprefeitura, lacram, quando um trabalhador tem o poder de ir lá resgatar, tem que pagar 250, 300 reais para abrir um processo, e tem que levar uma nota fiscal. Eu ouvi um policial falando: “Vocês não pagam imposto”. “Você paga imposto?” Naquele mesmo dia, eu falei para ele: “Eu acho que eu pago porque eu pago condução com o meu dinheiro, eu vou no mercado com o meu dinheiro, eu me sustento da rua”. “Você não paga imposto, então você não merece estar na rua”. Nós não somos respeitados.

Se eles vierem, vamos defender o que nosso. Isso é justo. Nós compramos com o nosso dinheiro. Eu perdi uma mercadoria no final do ano retrasado, uns dois, três anos atrás. Eu peguei o meu dinheiro. E o policial pediu simplesmente para eu sair de uma cobertura, que estava chovendo, porque ele queria ficar lá. Então, o que acontece? No final do ano, você perde mercadoria. Eu perdi a minha mercadoria e a de um outro companheiro meu. E o que acontece? O prejuízo ficou para quem? E quem começou num sábado, um dia que é de movimento, e perdeu a mercadoria bem no comecinho? O que essa pessoa vai fazer? Esses cem mil que falaram que são comerciantes, que seja, ambulantes. E se esses cem mil não pudessem mais trabalhar na rua, o que nós iríamos fazer? Roubar, vender droga? Roubo lá é à vontade, entendeu? (Palmas)

Vamos ser justos? Eu vou ser o mais breve possível. Desculpem o jeito que eu estou falando aqui. Mas é que é assim: pagamos respeito com respeito. E eu tenho esse jeito de me vestir e tal, mas eu sou um ser humano. Todos são seres humanos. Vocês são seres humanos e têm direitos, e nós também temos direitos. Não pagamos imposto? Tudo bem. Então, já que a

Prefeitura acha que nós não devemos trabalhar, implante um projeto para pagarmos por mês, mas não precisa policial vir com cacetete, xingar, oprimir, xingar de vagabundo ou vagabunda – desculpa –, porque é o que acontece. Uma amiga minha sofreu uma opressão muito grande – eu não vou falar o nome do major, mas talvez ele possa estar me ouvindo agora. O major simplesmente xingou. Ela teve a mercadoria tomada pelo policial, e não pôde falar nada. Ela está lá por quê? Está lá porque ela quer? Ela é a palavra que ele falou? Se ele está vendo, vai lembrando do que ele falou.

Para concluir: eu acho que nós temos mais direitos do que eles, porque somos nós que colocamos eles no poder. (Palmas) E para o PM que me algemou, os PMs que me agrediram: eu não tenho medo de vocês. Se estiverem vendo esse discurso que eu estou fazendo, eu não tenho medo de represália. Eu não devo para vocês. Eu vou lá para trabalhar, ganhar o meu dinheiro. Vou lá, tchau, e no outro dia é a mesma coisa. Eu não vou para desrespeitar policial. O Policial chega para trocar um assunto conosco: “Não dá, tal”. Beleza, respeitamos. Agora, chegar agredindo, xingando, já pegando a nossa mercadoria? Nós vamos nos defender. Vai virar uma guerra? Nós vamos ter que nos armar?

Na Ladeira Porto Geral, esses dias atrás, subiram e desceram quatro viaturas da Força Tática, ainda na contramão. Um policial subiu pendurado na porta como se estivesse subindo um morro, com uma AR15 apontada para cima. Eu tenho gravação. E o que acontece? Numa viatura, cabem até cinco policiais. Tinham quatro. São 20 policiais fazendo o que na 25 de Março? Oprimindo a gente de trabalhar? Atrás de ladrão eles não correm, porque tem uma lei que fala que a vítima tem que fazer isso. Então, tem que mudar a lei.

Agradeço a presença de todos.

Luiza Erundina, parabéns pela sua história.

Desejo tudo de bom para vocês. E vamos lutar por nós. Se não lutarmos, nós não vamos conseguir. Obrigado. Desculpem alguma coisa, pessoal. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Pessoal, eu vou mais uma vez agradecer a presença da Luiza Erundina. Ela veio direto de Brasília para cá, e precisa também descansar, se

alimentar. Ela vai sair agora, mas seguimos a audiência ainda com alguns inscritos. Peço que segurem. Já estamos terminando, faltam poucas pessoas. E aí tiramos os encaminhamentos.

Luiza, muito obrigada. (Palmas)

Pessoal, teve uma proposta. Mas eu peço que todo mundo vote depois.

Vamos tirar uma foto enquanto a Luiza está aqui? Vocês topam? Antes de ela ir embora.

- Registro fotográfico com a Deputada Federal Luiza Erundina.

**A SRA. PRESIDETE (Luana Alves)** – Tem a palavra o Sr. Daniel, do Brás.

**O SR. DANIEL ANCITO**– Boa noite a todos.

Meu nome é Daniel Ancito, haitiano, descendente de africano.

Eu estou representante de vocês hoje. (Palmas) Nós, que fomos chamados de brutos porque nós estamos clamando o nosso direito de trabalho, sofremos tanto na empresa, queremos trabalhar por conta própria. E agora, aqui, nós não conseguimos, não tem um jeito para nós trabalharmos. Nós estamos sofrendo injustiça na empresa. Não temos mais jeito para viver. Está sem jeito para trabalhar em empresa. Todo mundo sabe. Até brasileiro já reclamou disso. Sofremos bastante tanto os brasileiros amigos meus choram pelo jeito que está para fazerem as coisas deles. Financiam as casas e não conseguem pagar, porque não tem jeito de trabalhar, não tem como comer, como levar as coisas para casa. Não sabem até onde vão ficar. Nós não conseguimos fazer nem um dinheiro para voltar e ir embora, porque não temos trabalho mais.

A gente quer ajuda, uma mão para sustentar a gente, porque não tem mais jeito para nós. Eu tenho uma mulher. Tem mais de seis meses que não estou conseguindo trabalhar em paz. Minha mulher está grávida, já vai ganhar um bebê. Não tem como eu trabalhar. Tem mais de seis que estamos correndo para lá e para cá. O ladrão tem mais paz do que nós. Desculpe-me a palavra. (Palmas)

Quem está fazendo coisa errada está bem tranquilo fazendo, depois vai em casa, dorme. Nós estamos trabalhando, sendo agredido, sendo chamado de bruto, porque estamos reclamando, por nós estarmos batendo de frente. Não estamos fazendo nada de errado, mas pelo nosso direito de trabalho, mas não estamos conseguindo porque não temos voz suficiente. Estamos clamando agora. Precisamos de ajuda. Não somos nós, estrangeiros, brasileiros também. Tenho muitos amigos meu, amigas chorando, imaginem eu que sou estrangeiro. Eu deveria chorar mais que vocês, mas eu entendo as coisas, não é só nós estrangeiros que estão expulsando, mas, também, os brasileiros.

Por favor, deem um jeito, pelo menos o dinheiro para irmos embora. Não temos um jeito para fazermos o dinheiro para irmos embora ou para nos sustentar no Brasil. Em seis meses, não consegui fazer nada. Não tenho paz.

Agradeço a oportunidade. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Daniel. Você é muito bem-vindo neste espaço.

A próxima é a Laís; depois, a Larissa, do mandato do Deputado Suplicy.

**A SRA. LAÍS** – Cumprimento todos, boa noite.

Eu vim representando todos, brasileiros e estrangeiros, aqueles que buscam o seu pão de cada dia.

Queria entrar numa pauta muito importante, sobre a qual eu já havia falado com a Luana Alves, sobre o projeto que a Prefeitura tem para gente, seria muito bom ter estudado isso; a mercadoria que é apreendida, aonde vai parar? Porque, quando vamos na Prefeitura, como no dia 22, quando eu perdi a mercadoria, fiz o processo de pagamento da taxa de 26 e pouco; depois, você paga uma multa de 200 e poucos reais, na hora em que fui retirar a mercadoria – a minha nota fiscal está com o imposto pago -, por causa da expedição da data, não pude retirar a mercadoria.

Então, às vezes, você é passado para trás duas vezes.

Também está tendo uma operação no Brás. O Rapa da 25 foi fazer operação no



Brás, com qual legado está isso acontecendo? Deveria ser investigado rigidamente isso. Como o Rapa da 25 está no Brás, às 5 horas da tarde, pegando as mercadorias. Você vai à Prefeitura da Mooca, e a mercadoria não está lá. Onde está a mercadoria? Porque está com a PM e a GCM. Então, eles estão tendo alguma participação nisso. Seria muito bom buscar saber aonde estão indo essas mercadorias. Qual a participação da Polícia? Porque, se a mercadoria não está na Prefeitura, não está no depósito, está onde?

Estamos sendo roubados, infelizmente, pela lei. O mais duro é isso, porque estão usando a lei para roubar a gente. Como somos pequenos na sociedade, fica mais fácil.

É por isso que a gente tem que ter união para combater isso e denunciar. Sim, vamos denunciar. Não podemos ficar com medo, constrangidos. A gente tem que ter união. Vamos denunciar, sim, porque é muito necessário.

Agradeço a oportunidade. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Agora, a Larissa, representando Deputado Estadual Eduardo Suplicy. Obrigada, Larissa. Depois, vai ser o Eduardo, do Centro Gaspar Garcia.

**A SRA. LARISSA** – Eu que agradeço, Luana. Parabênizo a iniciativa da audiência, Luana e Elaine.

Estou representando o Deputado Eduardo Suplicy que, desde quando voltou para a Câmara em 2017, assumiu a pauta dos ambulantes muito fortemente e herdou um Projeto de Lei que acabei de verificar que ainda não são coautoras. Eu queria pedir para que sejam coautoras.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – É para já.

**A SRA. LARISSA** – É um Projeto de Lei que foi de iniciativa do Vereador José Américo em 2014, PL 78/2014; depois, em 2017, o Vereador Eduardo Suplicy e a Vereadora Juliana Cardoso se tornaram coautores. Quando eles saíram, tanto o Vereador Suplicy quanto a Vereadora Juliana Cardoso, a gente ficou preocupados e, o tempo todo, atrás de alguém para continuar essa luta na Câmara. Estou muito feliz que é você. Muito obrigada.

Querida falar que a gente aprovou, em primeira, esse projeto. Não aprovou em

segunda ainda porque o parecer do Executivo é de veto, óbvio. Então, a gente tenta, há muito tempo, um diálogo com o Executivo para construir um projeto de sanção de organização desse comércio ambulante, que é a atualização da Lei da Luiza Erundina; é construído pelos ambulantes. Ele já foi atualizado diversas vezes, inclusive, no ano passado, fizemos sete reuniões de atualização deste texto.

Então, a gente tem, sim, proposta. Tem muita coisa construída pelos ambulantes para a cidade de São Paulo.

Nos seis anos que o Deputado Suplicy ficou Vereador, de 2017 até o ano passado, a gente não conseguiu ser recebido pelo Modonezi – é o Suplicy, hein? – nenhuma vez. O Suplicy foi em plenário reclamar, em Colégio de Líderes reclamar, e o máximo que recebia era uma ligação.

Quando ele chegava na Secretaria de Subprefeituras, vinha um outro assessor ou chefe de gabinete ou adjunto. O Modonezi não se senta para conversar com os ambulantes. Então, eu não vejo a gente conseguindo avançar agora. Espero que, ano que vem, a gente reveja a nossa Prefeitura, para isso estamos na luta, mas a gente precisa estar unido. É o principal, é a luta popular.

Então, a gente tem as propostas. Temos que ir para a rua, ocupar, ficar na porta da Prefeitura. O Rogério da Feira dos Ambulantes não está aqui, mas ele ficava perseguindo o Ricardo Nunes, aonde ele ia.

Outra coisa: é uma política da Prefeitura militarizar essa questão. Quando ele coloca um Coronel na Sub Sé e outro na Sub Mooca, tem um porquê que é a operação delegada, a qual foi criada pelo Kassab para os ambulantes. Não foi para outra coisa. Então, a gente tem que lutar muito.

E pedir, também, que esse olhar dos ambulantes esteja sempre na luta de vocês no plenário. Lembro-me que, por emenda, se ia debater o IPTU, debatia o metro quadrado cobrado do ambulante do Tô Legal e do TPU, porque, em cima de uma quadra da Sé, da PGV do IPTU, entendeu? Então, a gente fazia a renda emergencial, punha os ambulantes; o tempo todo que a

gente pode tenta brigar pelos ambulantes.

Teve um PL que a gente aprovou, por três vezes, em Projeto do Executivo, a isenção da dívida dos ambulantes da época da pandemia; porque os ambulantes ficaram parados e estão com dívida até hoje do Tô Legal e do TPU. Foram três leis aprovadas, e o Executivo diz que não está claro suficiente para ele dar essa isenção. Já teve judicialização com o Ministério Público. A gente já tentou de tudo.

Quero falar que essa luta tem que ser constante, não pode parar. Podem contar com o Suplicy na ALESP; temos a Erundina no Congresso; Luana na Câmara. Temos que ir para cima.

Muito obrigada.

Continuem e contem com a gente. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Larissa. É muito importante o resgate histórico que você fez. É a cara desta Prefeitura a falta de transparência, de respeito de não querer dialogar, mas, enfim, uma hora a conta chega. Vai chegar muito em breve.

Vou chamar o Eduardo, do Centro Gaspar Garcia. Depois, o Júlio César.

**O SR. EDUARDO** – Boa noite a todas e a todos.

Agradeço, mais uma vez, a Luana pela iniciativa. É uma alegria fazer essa discussão com a Elaine e com a Luiza Erundina, que estruturou a política para ambulantes em São Paulo, e, até hoje, tentam destruir. Não é a primeira, segunda, terceira, quarta nem quinta vez que a gente tenta se sentar com o Secretário de Subprefeitura para conversar sobre a situação dos ambulantes; ele tem a política de, simplesmente, não se sentar para conversar, afirmando a autonomia das Subprefeituras com relação à administração central.

Vou fazer uma fala breve. Acho importante pontuar algumas coisas, também, do Tô Legal. Houve muitos relatos, muitas denúncias, falas muito fortes e potentes, mas acho importante falar do Tô Legal que é propagandeada como uma política pública para o ambulante na cidade de São Paulo, mas, na verdade, ela é a destruição dessa política.

Muito se falou do Kassab porque ele foi um marco. Enquanto a Erundina foi um marco

positivo, o Kassab foi um marco negativo. Para além da lei delegada, ele passou a revogar todos os TPUs emitidos pela Erundina, inclusive, sem justificativa, passando todos os ambulantes para a irregularidade.

O Tô Legal está inserido nessa iniciativa: cada vez menos ambulantes, que vão sendo cassados ou morrendo – tem uma quantidade mínima com permissão atualmente, não renovam –, e a política que vem por Decreto – não é uma lei – é o Tô Legal, que é um sistema com o intuito de esvaziar a lei da Erundina, porque tira do sistema protetivo, revogação ou transferência por CPA.

Toda a política estruturada de proteção de direitos e de participação dos ambulantes é esvaziada e jogada para dentro desse sistema. É a Prefeitura que escolhe onde o ambulante vai trabalhar. É a Prefeitura que vai escolher se vai renovar ou não, sem passar pela CPA que, na modalidade da Erundina, tinha que passar.

Então, o Tô Legal não é uma tentativa de renovação. Tem iniciativas interessantes. Não precisa ser permanente o TPU – têm pessoas que estão em transição, trabalhando na rua momentaneamente, mas a questão é que a iniciativa do Tô Legal é, justamente, esvaziar a política pública que São Paulo tem dos ambulantes. É trazer mais discricionariedade para a Administração Pública e tirar as discussões dos espaços participativos constituídos pela Erundina, com muita luta e participação de todos. Só queria deixar esse registro.

Muito obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Eduardo. É importante esse seu registro.

Agora, pessoal, só faltam mais duas falas: Júlio César e, depois, Alessandra.

**O SR. JÚLIO CÉSAR** – Boa noite a todos os guerreiros e guerreiras da luta do trabalho de rua.

Bem, sou Júlio César, moro aqui em Taipas, há pouco tempo, e trabalho também em rua. Meu movimento é esse.

O que eu acho é que, na nossa região, estão acontecendo coisas estranhas para o

lado dessa administração que está impedindo o povo de trabalhar. Eles veem como se fosse um crime trabalhar na rua. Então, eles espancam as pessoas. As pessoas estão ali para ganhar o seu pão, para sustentar suas famílias, e chega um momento em que a pessoa não consegue mais comprar mercadoria para trabalhar, porque eles chegam e tomam e, quando você vai pegar mercadoria, eles cobram um absurdo. Você não pode pegar mercadoria de volta e a pessoa fica sem fazer nada.

Outra coisa que está acontecendo também, não sei se acontece com alguns de vocês aqui, é o seguinte: tem o espaço onde nós trabalhamos, que é uma calçada de colégio, e eu falei agora, nesta semana, com a mulher que representa o rapa, que toma as coisas do povo. Eu cheguei e falei com ela. Eu só perguntei: quero que você me diga uma coisa, porque eu estou achando muito estranho isso aqui. Você, e a Prefeitura também, fala que trabalhar em área de colégio, em área de hospitais, de posto de saúde, é proibido. E ela falou: “Sim, é proibido.” Então eu falei: é proibido nós trabalharmos, será que é porque nós somos pequenos, coisinha pouca? Nós trabalhamos neste colégio há muito tempo, há muitos anos. E você nos tira daqui, depois vem outras pessoas, que tem poder aquisitivo maior, que é empresário, que pode e tem muito dinheiro, chega e monta aquelas bancas grandes, do tamanho dessa bancada aqui, e pode trabalhar. Eu falei: o que está rolando aí, é propina? Só pode ser propina, porque se um pequenino não pode montar uma banquinha e o grandão pode chegar e montar uma banca grande, então eu falei, é dinheiro que está rolando. E ela falou que ninguém podia fazer nada, porque eles também estão trabalhando como nós e se for contra, perdem o emprego. Eu falei: tem que rever isso aí. Se nós não podemos ficar aqui, porque é área pública, eles também não podem ficar, na mesma área do colégio. E ela falou: “Tem que falar com a Prefeitura, não sei com quem, porque a gente não pode fazer nada.” Falei: infelizmente o nosso país é desse jeito, os pequenos têm que se calar. Se for contra, apanha na rua, é borrachada, perde tudo e fica ao Deus dará.

Quero só agradecer a todos vocês e dizer que não desista, vamos lutar. Vamos enfrentar. Vamos enfrentar que nós vamos conseguir, tá bom?

Obrigado. Obrigado a nossa Vereadora Luana, que é uma força. Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito bom. Obrigada, Júlio. Grande.

Agora, pessoal, a última companheira inscrita é a Alessandra, e a gente vai encaminhar. Ok?

**A SRA. ALESSANDRA** – Obrigada. Boa noite. Quero agradecer a todos. Agradecer à Vereadora Luana e a todos da bancada.

Eu sou ambulante do Brás. Fico triste, porque trabalho no Brás há um tempo, já. Eu trabalhava em comércio fechado e hoje eu jamais pararia de trabalhar no comércio de rua para trabalhar no comércio fechado. Antes, eu não conseguia pagar aluguel, não conseguia manter as minhas contas, mas trabalhando na rua eu consigo.

Eu queria que o Comandante estivesse ouvindo, porque a nossa mercadoria é comprada, não é roubada. Nós pagamos impostos, porque o comerciante que tem a porta aberta paga imposto e para ele vender, tem que ter nós para comprar. (Palmas) E o que acontece: eu, além de trabalhar no Brás, trabalho em *shows*, trabalho em jogos e, à noite, também como manicure. Também com esse dinheiro eu pago a faculdade da minha filha. Eu tenho uma filha especial e não perco a força de estar indo para a rua trabalhar. (Palmas)

E nós somos tratados como bandidos na rua, enquanto o bandido, eles temem, abaixam a crista, porque eles não enfrentam o bandido, mas o trabalhador de rua eles enfrentam. Eles enfrentam, eles espancam. Eu estava num *show* do Gustavo Lima, no mês passado, atravessando a rua e respeitando o limite que o policial deu para trabalhar, o que ele fez? A gente estava atravessando de um lado para o outro, a mercadoria caiu, até porque a policial foi agressiva com o meu marido. Está existindo uma policial muito agressiva em todos os *shows*, em todos os lugares. E o que aconteceu? Ela foi agressiva com o meu marido, e eu fui questionar com o policial por que ela estava sendo agressiva e que nós não éramos bandidos, mas trabalhadores e que nós só estávamos passando para o outro lado. Ele falou assim: “Se você não quer ser agredida ou criticada, abre uma porta, um comércio para você.” Entendeu?

Nós estamos ali e nós sustentamos o comércio da porta aberta, sabia? E nós não

queremos ser tratados como os bandidos. Queremos ser tratados como pessoas trabalhadoras e honestas, que sustentamos a nossa casa, os nossos filhos e também sustentamos o comércio. E vou dizer uma coisa: o Brás sem o camelô, o comércio fecha as portas. (Palmas) Porque o turista não vem para o Brás sem ter o comerciante ambulante de rua. Não vem, porque eu sou testemunha, eu trabalho num lugar, parada, no Brás; já tentei tirar licença, mas não consigo e ouço direto dos ônibus: “A gente não vem sem ter o camelô na rua.” Fora que os comerciantes, tem alguns no Brás, não vou falar a nacionalidade, que são superestúpidos com os turistas, não os de rua. São superestúpidos, atendem mal e ainda põem a polícia nas calçadas para nos expulsar. Isso é chamado dos comerciantes, só que quem sustenta os comerciantes do Brás somos nós de rua. Somos nós de rua que sustentamos o comerciante do Brás. Vocês têm que entender isso. Tem que entender isso: que somos nós que sustentamos as portas que estão abertas, que estão pagando impostos, assim como dizem que nós estamos roubando. Parece que a nossa mercadoria é roubada e não é, pago impostos também. Pagamos impostos também por essa mercadoria.

Obrigada. Boa noite. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito bom. Obrigada, Alessandra. Excelente.

Pessoal, eu sei que está todo mundo muito cansado.

**O SR. ROBERTO** – Vereadora, com licença, somente para esclarecer. Eu não fui embora não, estou aqui.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Está bem. Obrigada, Capitão.

Um dos encaminhamentos vai envolver a visita/reunião na 3ª Companhia. Seguindo os encaminhamentos, primeiro queria agradecer a presença de todo mundo que esteve aqui, a presença de todos os trabalhadores e trabalhadoras que vieram. Eu sei que a vida do ambulante é muito cansativa, é muito desgastante, ainda mais com todos esses problemas que são enfrentados pela violência ou pela negligência.

Eu sei que estar aqui é um grande esforço, por isso eu agradeço muito todos os que

vieram do Brás, da 25, de Taipas, do Largo da Concórdia, a todos que vieram colocar a sua verdade e a sua visão. Vocês podem ter certeza, gente, a Luiza Erundina é uma grande referência e uma pessoa que tem muita experiência. Ela falou uma coisa que a gente, que está há menos tempo neste mundo, nesta Terra, tem que escutar com muita força, que é a necessidade da união e da organização da luta. A necessidade da construção do poder popular a partir da organização da luta de todo mundo, de entender a união de todo mundo para ter ações unificadas. Não precisa todos sofrerem a mesma dor. Não precisa todo mundo sofrer o mesmo para entender que a nossa ação de resposta pode ser a mesma.

E é nesse sentido que eu queria propor os encaminhamentos. Vou correr, para a gente poder descansar e seguir em frente. Antes de começar, todo mundo assinou a lista, gente, e colocou o número?

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Meu Deus, tem gente que não.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Por favor, companheiro, rapidamente.

**O SR. FLÁVIO** – Outra coisa que está acontecendo é o fechamento das ruas durante a madrugada. Eles vêm e fazem a operação, durante a madrugada lá, fecham a ruas, impedem o ir e vir das pessoas, de entrar. Não sei se só pode entrar quem é do *shopping* ou do que é e não deixam ninguém passar. Fecham todas as ruas, impedem, limitam o ir e vir das pessoas durante a madrugada também. Entendeu?

E queria saber se é legal, qual é o protocolo para isso acontecer.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Flávio.

Pessoal, quem não assinou a lista, levanta a mão, por favor. Todo mundo. A lista está ali fora. Peço que, antes de sair, assinem.

Pessoal, primeiro, todos que tiverem vídeos da violência, das ações ilegais dos servidores públicos em relação aos trabalhadores irão nos enviar. A gente vai entrar em contato pelas redes.



Pode falar, companheira.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Nossa. Meu Deus. Pessoal, a Kelly acabou de mandar um relato de uma violência que ela sofreu, para eu fazer uma proposta.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Meu Deus. Com certeza.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Kelly, antes de você sair, nós vamos disponibilizar um número de WhatsApp, para a gente receber e unificar essas denúncias.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – É melhor você mandar pelo número do WhatsApp que a gente vai dar. Pode mandar pelo Instagram também, mas se puder, eu peço para enviar pelo número do WhatsApp, para a gente unificar as denúncias, para a gente levar ao 3º Batalhão. Vocês viram o que foi dito aqui com relação a filmagens, está registrado.

Então, quando estiver acontecendo com o colega do lado de vocês, com o companheiro do lado de vocês, eu peço que filmem para poder ficar registrado. Está bom? Pessoal...

Diga, Kelly.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Entendi. Gente, o tempo está muito curto, mas o companheiro Malik queria falar rapidamente com a gente. Vou abrir uma exceção, porque ele estava querendo falar há um tempo. Dois minutinhos, por favor, para a gente encaminhar, para poder sair daqui com um plano, com planejamento, para a gente ir para cima e vencer.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Malik.

- Orador de origem senegalesa, transcrição *ipsis verbis*.

**O SR. MALIK** – Oi, boa noite. Meu nome é Malik, moro no Senegal, eu sou senegalês. Esse comandante que está falando, ele fala: não quero ver eu no Brás porque eu

tenho que sair daqui, eu... Ele, eu tenho prova. Ele fala não quer ver minha cara no Brás, se eu não sair do Brás, ele não vai sair. Eu, está com foto dele, ele está atrás de mim, mas eu não tenho medo dele. Eu falo para ele: vamos no “delegacia”. Sempre que ele me viu, ele está corre atrás de mim. Eu já falei para ele porque eu não tenho medo. Desculpa a palavra que eu tô falando porque, às vezes, eu tô com raiva. Eu tenho mulher aqui, tenho filho, pago aluguel, não tá roubando. Se gente rouba, ele fala muitas palavras: vai no seu País. Juro por meu filho, ontem, anteontem, por cima do mercado do meu amigo, cima. Ele sai do serviço, passa cima do mercado do meu amigo. Eu xinguei, gente xingou, corre atrás dele, até bate nele porque, às vezes, coisa de racista, polícia. Às vezes ele faz coisa de racista, desculpa falar, porque ele fez, ele faz coisa de racista para nós: vai no seu país, você é de onde? Você acha que está aonde? Essas palavras, o que significa? Você acha que está aonde, está no seu País? É coisa de racista. Gente vem no Brasil para trabalhar, mas a gente está sofrendo agora, está sofrendo muito. Agora, sai, acorda 1h da tarde para trabalhar, uma hora da tarde tem que estar trabalhando, às vezes e não é todo dia, 1h da tarde fazer o quê? Pagar aluguel, tem filho, manda dinheiro nosso País, a gente não está roubando. A gente não sai do nosso País vem aqui para sofrer, juro pelo meu filho. Se eu sabe que vim aqui para sofrer, eu não venho aqui, para outro país porque o mundo é grande, mas esse País tem pessoa bom, mas tem pessoa que não sei, nem dá pra falar. Às vezes, gente tá com muita raiva porque a polícia não tá tratando nós bem! (Palmas) Esse comandante, eu tenho um vídeo aqui, vou mandar pra você, ele está expulsando meu amigo, quero bater nele, se foi eu, dá um soco porque eu não tem medo. Esse comandante, está com foto dele, tá com vídeo dele, tá porrando meu amigo, esse cara. Meu nome é Malik, eu não tenho medo, se ele quer, me mata hoje, mas eu tá com vídeo dele porrando meu amigo. Ele não fiz nada, o vídeo está aqui, vou mandar pra você, se você quiser. Obrigado, desculpa as palavras porque, às vezes, estou com raiva. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Malik, companheiro, eu vou falar uma coisa para você, o nosso País, o Brasil foi fundado por povos africanos. Ninguém, nenhuma pessoa brasileira tem o direito de maltratar, de desrespeitar uma pessoa africana que pisa no solo

brasileiro. (Palmas) Porque neste País, os meus antepassados, os antepassados de todo mundo aqui, foram eles que fundaram e trabalharam de forma escravizada por 380 anos. Então ninguém tem o direito de desrespeitar nenhuma pessoa africana que pisa aqui. O Brasil tem uma dívida com a África.

Eu peço que você por favor, o pessoal vai te dar um número, para você entrar no nosso Whatsapp, por favor, Malik. Chega, ninguém tem direito, o Brasil tem uma dívida com os povos africanos, os povos africanos fundaram este País. Esse desrespeito, a gente não aceita com ninguém. Os meus antepassados e de muita gente aqui, vieram pra cá escravizados, trabalharam sob chicote, escravizado para construir a riqueza do Brasil. Essa é a verdade. Eu vou seguir, mas eu também fico com raiva, a raiva dá em mim também, não dá só em vocês.

Capitão, você quer responder?

**O SR. ROBERTO** – Está conseguindo ouvir?

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Estou, pode responder.

**O SR. ROBERTO** – Ele está dizendo que eu falei para ele voltar para o país dele, que ele tem gravado. Então, por favor, traz, eu mesmo entrego na Corregedoria, porque não são...

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Capitão, ele falou que está com o vídeo, ele falou que vai nos enviar. Na visita que nós faremos, todos, à 3ª companhia, o senhor, eu, o ouvidor, teremos a oportunidade de apreciar esses vídeos.

**O SR. ROBERTO** – Pode trazer.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Tudo bem? Pode ser, Capitão?

**O SR. ROBERTO** – Claro! Até eu sou descendente de africano.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Não compreendi, Capitão.

**O SR. ROBERTO** – Eu também sou descendente de africano, de indígena, como quase todo mundo aí.

- Manifestação do público.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Capitão?

**O SR. ROBERTO** – Pois não.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Eu entendo isso, eu entendo, e eu repito: nos encaminhamentos, a gente já está encaminhando para o final da audiência, a gente vai até a 3ª companhia nos reunirmos oficialmente com o senhor, reunirmos oficialmente com a companhia. E em posse do material e com a Ouvidoria, é gente quer conseguir pensar um protocolo de abordagem. Queria propor que consigamos um protocolo, independente da situação de regularidade ou de não regularidade, seja em relação à licença, seja em relação à nacionalidade da pessoa. A gente pode deixar isso acordado?

**O SR. ROBERTO** – Como eu disse, eu terei prazer em receber a senhora aqui.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Junto com uma comissão, correto?

**O SR. ROBERTO** – Sim.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Perfeito. Então iremos fazer isso. Estamos entrando num compromisso mútuo, a gente junto com os vídeos que já estão sendo enviados para a minha equipe, nós iremos em posse desses vídeos até a companhia para apreciar os vídeos e propor – de uma forma propositiva – um encaminhamento de protocolo de abordagem. Eu tenho certeza de que nós conseguiremos cumprir. Esta audiência está sendo muito interessante, está sendo muito importante porque, de fato, nada como as pessoas virem até o poder público trazer o que está acontecendo. É importante que consigamos juntar forças, nos unirmos porque grande parte disso é fruto de uma negligência de política pública. Isso é importante reforçar.

Finalizando, é importante dizer que grande parte dessa situação tem a ver com não estarem liberando as licenças, que deveriam estar sendo liberadas porque tinha uma política. Nós recebemos uma prefeita da cidade de São Paulo, uma ex-prefeita que tinha uma política e as licenças foram revogadas por governos que veem o trabalhador como inimigo, vê trabalhador como alguém que tem que ser combatido e não como algo que tem de mais rico da cidade, que gera renda, gera riqueza porque trabalha e tem direito de estar aqui. Estou vendo um companheiro mostrando a sua licença. Gente, as pessoas têm direito de trabalhar, e é papel da

Prefeitura, é um papel especial da Secretaria de Subs conseguir emitir as licenças para as pessoas, e que também exista por parte da Polícia Militar um protocolo de abordagem.

Eu vou terminar, vou propor, espero que todos deem seus contatos para a gente conseguir fazer a coisa juntos. Depois de eu terminar de falar, terá a palavra o Pedrinho, que vai propor algumas coisas, vai entrar em contato direito com vocês. E nós iremos, primeiro, ter uma reunião com a companhia da Polícia Militar – região do Brás; iremos também pedir ao Ministério Público investigação da dívida ilegal do pessoal do Shopping da Feira da Madrugada. Essa é uma questão muito importante, são centenas de pessoas que estão com uma dívida ilegal com a concessionária que faz administração do Shopping da Madrugada. (Palmas) Nós iremos fazer um documento, o diagnóstico das propostas e acionar o ministro Márcio França, como foi proposto pela Luiza Erundina. Todo mundo está de acordo com isso?

- A plateia responde: “Sim”.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Perfeito. Iremos acionar o Márcio França para fazer o documento, o diagnóstico e a proposta. Eu posso contar com todo mundo para ajudar com esse documento?

- A plateia responde: “Pode”.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Perfeito. Todo mundo vai nos ajudar, colaborar para a gente ter um diagnóstico porque conseguir chegar com um número é fundamental. Não adianta a gente falar, temos entre 100 mil e 250 mil. A gente tem que ter uma estimativa mais ou menos, um número razoável para a gente poder ter a política pública. Isso é muito importante, muito importante.

Retomando: reunião com a 3ª companhia da PM; investigação da dívida do pessoal do Shopping da Feira da Madrugada; o documento de diagnóstico e proposta para levar ao ministro Márcio França. E também vamos continuar cobrando da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho; e continuar buscando o Modonezi, que não pode fugir para sempre, em especial em período eleitoral, está se aproximando o período eleitoral, é um período em que pelo menos a Prefeitura vai querer mostrar que dialoga com a população, vai ter

que receber uma comissão de trabalhadores, vamos então buscar junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, e também a Secretaria de Subprefeituras, com o Modonezi.

Agora vou passar a vez, mas queria agradecer a presença de todos. Cada passo que damos, cada denúncia que é feita, cada contato, cada conversa é uma pedrinha que estamos tendo para nos fortalecer. Eu sei que essa é uma luta muito difícil, é uma luta que muitas vezes não tem resultado imediato porque são vários tipos de problema, de violência, mas é muito fundamental o reconhecimento da força que vocês, do papel que vocês cumprem do ponto de vista social e econômico porque é trabalho, como falou a Luiza Erundina. Pode não ser um emprego formal, mas é um trabalho, um trabalho digno, um trabalho que as pessoas estão levando o pão pra suas casas, é um trabalho que as pessoas estão movimentando a Economia de São Paulo, é um trabalho que as pessoas estão gerando turismo pra cidade de São Paulo. É digno, que se tenha respeito, que se tenha uma política pública.

Agora vou passar para o nosso querido Pedrinho de Ogum, aprendo todo dia com você, Pedrinho, queria te contar como eu aprendo com você. Ele vai terminar os encaminhamentos e nós seguimos com a luta. Quero pedir uma salva de palmas para os trabalhadores ambulantes de todas as regiões aqui representadas. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Agradeço a vinda de todo mundo, vamos seguir em contato porque essa luta não acaba, é de longo prazo, mas a vitória chega.

Obrigada, companheiros!

**O SR. PEDRINHO DE OGUM** – Só queria um encaminhamento porque acho que nossa situação é de longo prazo, mas a gente precisa resolver uma questão de imediato. Está chegando o final do ano, a gente precisa trabalhar. Assim acredito que temos de fazer contato com a Assembleia Legislativa para que possamos ter o poder de convocar a Polícia Militar, ao vivo, para debater conosco. A Câmara não tem esse poder, mas a Assembleia Legislativa tem, assim acho que tem que ser acionada. Também a gente fazer duas ações de rua com o gabinete, com todas as nossas lideranças e buscarmos outras lideranças da cidade, como a juventude, os

estudantes, nos unirmos aos camelôs para gente desmarcar a farsa desse projeto, desse entendimento, desse acordo, desse contrato com a Polícia Militar, denunciar em público chamando toda imprensa. Acho que através do gabinete a gente dá outra radiação e, com isso, criamos forças no local em que está acontecendo. Acho que daqui até o final do mês, é o suficiente. Comprometo-me a correr atrás do carro de som, tanto para 25 quanto para o Brás. O que eu quero é que o gabinete nos ajude a articular, e não só com essas lideranças que estão aqui, essas lideranças trazem seu povo, mas é a gente buscar outras forças. Nesta cidade têm outras forças que podem nos ajudar. Precisamos trabalhar outubro, novembro e dezembro para poder garantir o nosso sustento do próximo ano. Nós precisamos expor a Polícia Militar, expor o Governador e o Prefeito desta cidade. É isso que temos que fazer, até o final do mês temos que fazer essas duas atividades, e é possível. Se não, a gente vai perder o final do ano porque não estamos podendo trabalhar. Os depoimentos estão claros que estamos ganhando para não sei o quê.

Enfim, é isso. Esse é o encaminhamento.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Grande Pedrinho! Pessoal, todos deram seus contatos, vamos à luta, vamos à vitória, mas é preciso muita união, muita solidariedade com o colega ao lado.

Agradeço a presença de todos, agradeço a presença do Capitão, a presença dos trabalhadores, do Centro Gaspar Garcia, dos pesquisadores presentes.

Declaro encerrada esta audiência pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. (Palmas)